



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Helena Castro Soares

REPRESSÃO DA SEXUALIDADE INFANTIL E
PARENTALIDADE:
inibição e adoecimento neurótico na perspectiva da Psicanálise

SÃO PAULO
2022

Helena Castro Soares

**REPRESSÃO DA SEXUALIDADE INFANTIL E
PARENTALIDADE:
inibição e adoecimento neurótico na perspectiva da Psicanálise**

Trabalho de conclusão de curso realizado como exigência parcial do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréia De Conto Garbin.

**SÃO PAULO
2022**

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo discutir teoricamente os efeitos da repressão da sexualidade infantil, pelas figuras parentais, na constituição do sujeito, problematizando-os a partir da ótica da psicanálise de Freud, Lacan e outros. Para tanto analisou-se, de maneira crítica, o modo como se dá a transmissão da sexualidade pelos agentes das figuras parentais nas estruturas familiares contemporâneas. Abordou-se os conceitos de parentalidade e estrutura familiar visando romper com uma visão tradicional baseada em preceitos cis e heteronormativos, buscando entender a responsabilização dos agentes das figuras parentais no processo de constituição do sujeito, sem os culpabilizar. Com a retoma da teoria do Édipo, apreendeu-se o modo como se dá a constituição do sujeito como ser desejante e sexuado. Além disso, foi explorado como que processos educacionais mal orientados acerca da sexualidade, marcados por elementos socioculturais que ocasionam na repressão, podem ser patogênicos e, portanto, gerarem efeitos deletérios para a constituição do sujeito, a partir da inibição e do adoecimento neurótico.

Palavras-chave: psicanálise; repressão; sexualidade infantil; parentalidade.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. OBJETIVOS | 17 |
| 2.1. Objetivos Gerais..... | 17 |
| 2.2. Objetivos Específicos..... | 17 |
| 3. MÉTODO | 18 |
| 4. ESTRUTURA FAMILIAR | 22 |
| 4.1. Contextualização Histórica do Conceito de Família..... | 23 |
| 4.2. Família e Transmissão..... | 26 |
| 5. COMPLEXO DE ÉDIPÓ: DE FREUD A LACAN | 30 |
| 5.1. Complexo de Édipo para Freud..... | 31 |
| 5.2. Complexo de Édipo para Lacan..... | 33 |
| 6. PARENTALIDADE | 43 |
| 6.1. Função Materna..... | 45 |
| 6.2. Função Paterna..... | 49 |
| 7. SEXUALIDADE INFANTIL | 51 |
| 7.1. Transmissão da sexualidade na infância..... | 52 |
| 7.2. Repressão da sexualidade infantil..... | 56 |
| 7.2.1. Inibição..... | 57 |
| 7.2.2. Adoecimento neurótico..... | 58 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| 9. REFERÊNCIAS | 61 |

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo discorrerá sobre a noção de repressão da sexualidade infantil e as problemáticas decorrentes dessas elaborações. Diversos autores (FREUD, 1905-1925; FOUCAULT, 1988; HENCKEL, 2009) defendem a ideia de que o impedimento das manifestações da sexualidade infantil por meio de processos educacionais mal orientados pode ser patogênico e, portanto, gerar efeitos deletérios para o desenvolvimento infantil. Neste estudo nos utilizaremos de ideias psicanalíticas a respeito de sexualidade infantil, passando pela constituição subjetiva do sujeito e complexo de Édipo, bem como dos possíveis resultados da falta de esclarecimentos sexuais e impedimentos de satisfação com foco nos agentes das funções parentais e estrutura familiar.

A ideia de estudar essa temática surgiu a partir da percepção da autora de um déficit no discurso social brasileiro de como abordar o tema sexualidade na infância e qual seria a magnitude das implicações geradas a partir dessa atitude.

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. (FREUD, 1905-1925, p. 21)

Essa opinião popular é ainda mais relevante na conversa atual sobre o tema. Freud tirou a existência das fantasias sexuais infantis de um terreno obscuro e a trouxe para a luz, dando nome e forma para tal conceito. Além disso mostrou a necessidade de esclarecer as perguntas das crianças sobre a vida sexual e os perigos de não o fazer. As manifestações pulsionais, de acordo com Faria (2021), estão diretamente relacionadas às experiências de satisfação que estão presentes desde o início da vida, apenas mudam a sua forma e o campo onde atuam mais fortemente. "A sexualidade humana persiste como um tema que conserva certas obscuridades, enigmas, por mais falado que seja." (HENCKEL, 2009, p. 9) e há diversos motivos apresentados pela grande maioria dos adultos para não esclarecer as dúvidas das crianças. Entretanto, todos estão ligados à ideia de que uma criança antes da puberdade não está preparada para receber tais informações, o que desde Freud sabe-se que é um grande equívoco.

A criança, muito antes da puberdade, com exceção da capacidade de reprodução é um ser pronto para o amor e podemos afirmar que com o ato de "fazer segredo" só a privamos da capacidade de domínio intelectual dessas realizações, para as quais ela está psiquicamente prepara e somaticamente organizada. (FREUD, 1907, p.84)

Ao levar em conta o importante apontamento de Freud de que os órgãos sexuais não são as únicas fontes de prazer sexual e, portanto, a única coisa que a puberdade faz é “conferir o primado dos genitais, e, com isso, obriga o erotismo a servir à função de reprodução.” (FREUD, 1907, p. 84) e que mesmo na infância são inevitáveis as estimulações dos órgãos genitais durante os cuidados de higiene, “fazer segredo” sobre a sexualidade é primeiramente uma atitude sem sentido, já que não faz com que criança pare de ter curiosidade sobre o tema. As crianças quando não conseguem essas respostas dentro de casa, buscam outros caminhos para responderem suas perguntas e, além disso,

A honesta pulsão de investigar da criança é magoada e quase sempre sua confiança em seus pais é abalada pela primeira vez; a partir daí, ela geralmente começa a desconfiar dos adultos e a deles manter secretos seus interesses mais íntimos. (FREUD, 1907, p. 86)

Para melhor compreensão da noção de sexualidade proposta por Freud, é necessário entender o conceito de pulsão explicitado por ele da seguinte maneira: "por pulsão deve-se entender provisoriamente o representante psíquico de uma fonte endossomática e contínua de excitação, em contraste com um 'estímulo', que é estabelecido por excitações simples, vindas de fora." (FREUD, 1905-1925, p.171). É ela que demarca a divisão entre o físico e psíquico. Ainda sobre esse conceito, Faria enumera quatro características principais que facilitam a compreensão deste. São elas:

- 1) possui uma *fonte* somática. Segundo Freud, "a fonte de uma pulsão é um processo de excitação que ocorre num órgão."
- 2) exerce uma *pressão* no interior do organismo, devido ao acúmulo de tensão oriundo da excitação somática.
- 3) sua *finalidade* é a descarga da tensão, é reduzi-la ao mínimo possível, e não o objeto em si.
- 4) seu *objeto* é, portanto, contingente, é qualquer objeto que ofereça condição de promover a diminuição de tensão no interior do organismo. (FARIA, 2021, p.37)

Faria (2021) menciona que “há regiões que parecem predestinadas a tornarem-se zonas erógenas devido à importância que adquirem para a criança ao longo de seu desenvolvimento: a boca, o ânus e, finalmente, os genitais.” (FARIA, 2021, p.36). Por ocasião do contato inicial com os agentes das figuras

parentais – principalmente a materna na teoria freudiana - por meio da satisfação das necessidades que a criança demanda, é que essas regiões vão se tornando fonte de prazer e é esse prazer que, de acordo com Faria, define o campo da sexualidade na teoria freudiana. Segundo Henckel (2009), o que constitui o desejo sexual são “as fantasias, as brincadeiras, o sonho, a sexualidade infantil perversa polimorfa.” (HENCKEL, 2009, p.43). Ou seja, de acordo com a autora, a sexualidade vai muito mais além do que o ato sexual e ela caminha junto com a constituição subjetiva do sujeito, já que, para a psicanálise, é necessário que o sujeito adquira uma posição desejante.

Pensando que somos seres de linguagem e que por esse motivo nosso sexo será sempre “pensado, representado, fantasmado, organizado pela dimensão imaginária do falo e barrado, delimitado, pelo falo simbólico.” (KEHL, 2008, p.193). Segundo Freud (1905-1925), é necessário que as crianças tenham parte do canal da comunicação aberto para que a criação de representações seja possível e é a partir dessa lógica que entramos na problemática foucaultiana do “fazer segredo”, explicando o porquê do não esclarecimento da sexualidade para as crianças:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. (FOUCAULT, 1988, p. 9).

O tema da sexualidade é atravessado pelo que Foucault (1988) chama de puritanismo moderno que teria imposto seu “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”. Para reverter essa lógica, falando sobre as manifestações sexuais infantis e especificamente o onanismo “(...) cabe ao responsável pelos cuidados da criança e à nossa cultura encarar tal ato com menos preconceito.” (SOUZA, 2008, p. 34). Ainda sobre a masturbação, no século XIX, a medicina, e conseqüentemente a sociedade, acreditavam que esta “poderia acarretar conseqüências que atingiam todo o organismo e que iam de males localizados e tratáveis a males sistêmicos e incuráveis” (OLIVEIRA, 2011, p. 4).

A partir dessas construções, o que se fala da sexualidade, mesmo quando, no imaginário popular, o sujeito está pronto para receber aquelas

informações, ou seja, na puberdade, o tema é apresentado de forma pomposa e solene, apenas revelando algumas partes. “Os afetos que circundavam o discurso da sexologia e da pedagogia sexual não raro fossem a vergonha, o medo e o temor: da gravidez, da sífilis, do pecado, da degradação” (IANNINI e TAVARES, 2018, p.16). E por conta dessa lógica, “mexer nos genitais é um perigo, é proibido e vergonhoso.” (SOUZA, 2008, p.34).

Esse sentimento de vergonha, de acordo com Freud (1905-1925), tem sua raiz nas forças anímicas que surgem no período de latência e mais tarde se tornam entraves no caminho da pulsão sexual. É necessário aqui ressaltar que as figuras parentais devem auxiliar a criança a dominar suas pulsões e seus impulsos. “Sabemos que a repressão excessiva dos impulsos pode originar distúrbios neuróticos, sendo necessário então, um equilíbrio entre proibição e permissão.” (SOUZA, 2008, p.12). Ferenczi (1873-1933) sobre essa temática, fala da postura hipócrita da pedagogia frente ao sujeito.

(...) o homem esforça-se, apesar de tudo - e em contradição com todos os ensinamentos da moral -, por obter o máximo de satisfação com o mínimo de esforço. Entretanto, a pedagogia atual contraria frequentemente esse princípio tão sábio e, por assim dizer, evidente. Vou citar imediatamente um de seus mais graves erros, a saber, o recalçamento das emoções e representações. Poderíamos até dizer que a pedagogia cultiva a negação das emoções e das ideias. (FERENCZI, 1873-1933, p. 36)

Ao entrarmos na temática da relação da criança com suas figuras parentais – aqui pensadas como responsáveis pela educação de seus filhos - faz-se necessário se aproximar do conceito de complexo de Édipo. Neste, as relações entre criança e figuras paternas “(...) determinam os caminhos da organização da sexualidade, desde o aparecimento das primeiras manifestações sexuais infantis, até a fase da latência.” (FARIA, 2021, p. 24). É exatamente nas primeiras relações de amor e ódio da criança – que são vividas de forma universal com os agentes das figuras parentais – que todo o campo da sexualidade humana começa a se organizar. Vale ressaltar que o termo “figuras parentais” foi escolhido a partir da ideia que Lacan explicita no Seminário 5 (1957-58) de que o Édipo vai muito além das noções de “papai e mamãe” e compreendê-lo dessa forma, é reduzir de maneira danosa esta teoria.

A constituição subjetiva é, como assinala Lacan em "Duas notas sobre a criança" (1969), da ordem do "irredutível de uma transmissão" que depende de pai e mãe não apenas enquanto os que geram a criança, mas como aqueles que exercem as duas funções necessárias a essa transmissão, aquelas que conhecemos como as funções materna e paterna. Lacan as define, em suas notas de 1969, como sendo: da mãe: na medida em que seus cuidados têm a marca de um interesse particularizado, ainda que o seja pela via de suas próprias faltas. Do pai: na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo. (FARIA, 2021, p. 23)

Em relação ao conceito freudiano de realidade psíquica, Lacan (1974-75) diz que este "tem perfeitamente um nome, é o que se chama complexo de Édipo. Sem a teoria do Édipo, nada da maneira como ele se atém à corda do simbólico, do imaginário e do real, se sustenta." Seguindo nesta linha de raciocínio, Freud apresenta o complexo de Édipo como o "fenômeno central do período sexual da primeira infância." (FREUD, 1924, p. 217) e de acordo com Michele Faria (2021), este trata-se de um caminho imprescindível para a entrada no campo do simbólico a partir da compreensão do falo como elemento organizador. E é a partir deste percurso que há o "estabelecimento da identidade sexual".

A partir dessas exposições, ficou claro que a sexualidade infantil não é algo passível de ser desconsiderado quando falamos sobre constituição do sujeito, mas esta ocupa um lugar de estranheza para a grande maioria dos adultos. Porém qualquer um que estude as teorias de Freud percebe que colocá-la neste lugar é bastante perigoso, já que "esconder algo do menino ou da menina leva muito mais a suspeitar da verdade. (...) Esse anseio, satisfeito apenas uma parte, de maneira furtiva, aborrece o coração e estraga a fantasia." (FREUD, 1907, p. 83).

Essa estranheza, porém, não é desconexa da história da sexualidade infantil no Brasil. Já que, de acordo com Oliveira (2011), as narrativas clínicas, eugenistas e baseadas na moral tratavam a prática da masturbação como a causa generalizada de praticamente todas as enfermidades físicas e mentais e inclusive era associada à morte precoce. Se não bastasse, a masturbação infantil culturalmente marcava o fracasso familiar e da nação. O combate a manifestações sexuais na infância, principalmente o onanismo, tornou-se foco principal dos médicos da época. "Eugenia e civilização são dois termos que articulam o sexo à vida social" (OLIVEIRA, 2011, p. 11) e encapsular a sexualidade infantil fazia parte de um projeto civilizatório.

As concepções de infância usadas ao longo da história também explicam muito o modo como as crianças são tratadas atualmente. No início da Idade Média, sequer havia representações de infância, a criança era vista pela sociedade como um adulto, porém, em miniatura. A partir do século XVII, criou-se a representação da criança como um adulto incompleto e é nesse momento que entra o ideal moralista ainda tão presente nas ideias contemporâneas a respeito do desenvolvimento e da educação¹. “A criança, então, deveria ser educada, moldada, disciplinada, de modo a transformar-se em um cidadão racional e cristão.” (FARIA, 2021, p.15). A valorização da infância chega ao seu extremo, no século XIX, “(...) a criança era então tomada como um anjo assexuado, não fosse Freud ter retirado o véu da denegação.” (*ibidem*).

(...) o cultivo da infância precisaria remodelar também suas feições morais e, para isso, a instância sexual deveria ser alvo de vigilância. Não bastava que a criança tivesse boa saúde física; era necessário que ela fosse isenta de vícios e males morais. (OLIVEIRA, 2011, p. 3)

Entre um conjunto de seis prescrições médicas do século XIX revisitadas por Cristiane Oliveira (2011), a última delas tratava-se de evitar a punição ostensiva ao onanismo. Ao ler essa frase pode-se entender que o autor oitocentista está tratando de uma conscientização sobre os males da repressão excessiva à sexualidade na infância, porém, o intuito é outro, é incentivar os pais e educadores à: "convencê-los {crianças} de que atentam contra a própria saúde; tratar-lhe como viciado, proscrever-lhes técnicas de controle do seu vício, como viagens, ocupações, boas companhias" (SILVA, 1869 apud OLIVEIRA, 2011, p. 7)

As ideias psicanalíticas sobre o sexual acabaram por se inserir nesse repertório, pois pareciam promissoras para a viabilização desse projeto {civilizatório}, interesse que vai inscrever a recepção das ideias freudianas na mesma linha de pensamento, aberta na passagem do século XIX para o XX, que constituiu o instinto como novo objeto da psiquiatria (FOUCAULT, 2001 apud OLIVEIRA, 2011, p. 14).

As ideias de Freud sobre a sexualidade infantil, tiveram importância no Brasil para que a prática de evitar as manifestações sexuais das crianças fosse aprimorada. “As primeiras ideias freudianas foram recebidas como bastante oportunas para o que se queria: afirmar a existência da sexualidade infantil para

¹ Neste texto, trata-se particularmente daquela que ocorre no interior das famílias, “referida às funções parentais e à transmissão” (TEPERMAN, 2022, p. 93).

colocá-la a serviço de uma profilaxia sexual.” (OLIVEIRA, 2011, p. 14). A questão sexual ainda era tratada como um perigo social que precisava ser controlado e exterminado, apenas obtinham mais conhecimento para este feito.

Para que a educação sexual pudesse atingir sua finalidade, qual seja, a de empreender a profilaxia dos desajustes associados ao sexo - perversões sexuais, criminalidade, disseminação das doenças venéreas, divórcios, filhos ilegítimos, entre outros -, era necessário afirmar, antes de mais nada, a existência de uma sexualidade infantil (Schmidt, 1934), já que não se tratava de uma obviedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 14)

A sexualidade era patologizada em todas as suas formas e manifestações na infância e a partir disso há “uma formação discursiva que possibilita justificar uma estratificação entre as formas de vida que merecem ser cuidadas e as que estão condenadas pelo discurso médico a nem chegar a existir.” (OLIVEIRA, 2011, p. 8). Isso é, as crianças onanistas estavam necessariamente fadadas ao fracasso, a única incerteza era qual seria o tamanho da degeneração consequente. Henckel fala que “(...) inibições na brincadeira e no aprendizado têm sua origem numa repressão exagerada das fantasias, como as fantasias de masturbação.” (HENCKEL, 2009, p. 94), ou seja, um dos possíveis resultados da repressão da sexualidade infantil é a inibição do pensamento.

Ferenczi (1873-1933) faz uma importante contribuição dizendo que muitos sofrimentos psíquicos podem ser atribuídos a esses processos de educação inapropriados que tem como base a moral. “Sob o efeito dessa mesma ação nociva, a personalidade de alguns dentre nós tornou-se mais ou menos inapta para desfrutar sem inibição dos prazeres naturais da vida. ” (FERENZCI, 1873-1933, p. 35). Henckel (2009) acrescenta que há um deslocamento da inibição nas diferentes áreas onde a repressão foi exercida, isso é, uma inibição ligada ao prazer, pode ser deslocada para uma inibição na aprendizagem.

A sexualidade seria condição para conduzir o sujeito em busca do saber, construindo e incrementando a função intelectual. Quando o Eu fica inibido na sua função mais elementar de ligação entre afeto e representação, as fantasias, o brincar, o aprender, podem ficar limitados. Mais radicalmente ainda, pode ocorrer uma inibição do desejo, base para mobilizar o sujeito a caminho da exploração do mundo.” (HENCKEL, 2009, p. 95)

Em seus escritos “Sobre o Esclarecimento Sexual das Crianças”, de 1907, Freud traz o caso de uma menina chamada Lili que, ao indagar seus pais sobre a origem dos bebês, recebeu a comum história da cegonha como resposta.

Claramente, a menina não a aceitou como verdade e ficou ainda mais intrigada. A criança “contraiu aquela neurose que deriva de perguntas inconscientes não respondidas: ruminção obsessiva de pensamentos.” (FREUD, 1907, p.87), exemplificando a problemática que é este “fazer segredo” para as crianças.

Freud traz que os adoecimentos neuróticos são muito presentes na constituição psicosexual e que podem gerar danos à vida sexual futura daquele sujeito. Em seu escrito “Sobre tipos neuróticos de adoecimento” (1912), o autor elucida que um dos tipos de adoecimento neurótico reside na história de seu desenvolvimento com a libido e mais especificamente no impedimento.

O indivíduo estava sadio enquanto sua necessidade amorosa estava sendo satisfeita por um objeto real no mundo exterior; torna-se neurótico quando esse objeto lhe for subtraído, sem que se encontre um substituto para ele. (FREUD, 1912, p.71).

Esses apontamentos trazem a reflexão de que o impedimento da sexualidade infantil, a ação proibidora de qualquer demonstração da pulsão sexual e o “fazer segredo” a partir da necessidade de elucidações sobre a sexualidade geram, não só problemas à vida sexual, mas à vida do sujeito como um todo.

Falando sobre esse tipo de adoecimento neurótico que vem de fora, ou seja, de alguém que impede que a sexualidade se manifeste em busca de uma satisfação libidinal, "o impedimento tem efeito patogênico, pois represa a libido e, assim, submete o indivíduo a uma prova de quanto tempo pode tolerar esse aumento da tensão psíquica e que caminhos irá tomar para se livrar dele." (FREUD, 1912, p. 72). O impedimento, sozinho, não decide se o sujeito será saudável ou não, mas “o efeito do impedimento reside, sobretudo, em fazer valer os fatores disposicionais que até então se mostravam ineficientes.” (FREUD, 1912, p. 72).

Existem duas possibilidades de se permanecer sadio quando há um impedimento real duradouro da satisfação: transformar a tensão psíquica em energia ativa que permaneça voltada para o mundo exterior e que acabe por arrancar dele uma satisfação real da libido ou renunciar à satisfação libidinal, sublimando a libido represada, de modo a alcançar metas que não são mais eróticas e que escapam do impedimento. (FREUD, 1912, p.72)

Considera-se que "a libido se desvia da realidade que, através do impedimento persistente, perdeu valor para o indivíduo e volta-se para a vida de fantasia." (FREUD, 1912, p.72). O sujeito da psicanálise não é pensado na

dicotomia entre o normal e o patológico, mas é caracterizado pelo inconsciente e pelo atravessamento da linguagem².

Graças a isenção quanto à prova da realidade que é reservada à vida de fantasia, a libido pode então continuar retrocedendo e encontrar, pela via da regressão, trilhamentos infantis e aspirar por metas que lhe sejam condizentes. Se esses esforços, que são inconciliáveis com o atual estado de individualidade, ganharem intensidade suficiente, vai acontecer um conflito entre elas e a outra parte da personalidade que seguiu ligada à realidade. Esse conflito é dissolvido na formação de sintoma e passa a ser um adoecimento manifesto. (FREUD, 1912, p.73)

É nesse momento que ocorre a fixação da libido que, segundo Freud (1905) é um momento significativo da vida do sujeito, estando relacionado exatamente com uma intensidade pulsional que o Eu não conseguiu dar conta da libido em desenvolvimento por não ter recursos suficientes para isso, o que pode levar a uma regressão. Esse modo de satisfazer a libido pode estar adequado ao passado, mas não faz nenhum sentido para o sujeito do presente. O maior problema da sociedade atual é a neurose. Para Freud (1912), os sujeitos são permeados por sexualidade e agressividade e quando eles tentam se livrar dessas condições, surge a neurose.

Freud relata que o sofrimento neurótico está ligado ao aprendizado da sexualidade e um outro motivo de adoecimento neurótico explicitado por ele, que também é fruto do modo como a sexualidade infantil é abordada, é quando “o indivíduo não adoce em consequência de uma alteração no mundo exterior, que colocou o impedimento no lugar da satisfação, mas em virtude de um esforço interior para encontrar na realidade a satisfação acessível.” (FREUD, 1912, p. 73). Esse adoecimento tem a ver com um processo de desenvolvimento interno no qual o sujeito não precisa renunciar a todas as satisfações libidinais como o que foi anteriormente exposto, mas ele tem a tarefa de trocar a sua forma de satisfação libidinal e fracassa pela rigidez. “Ele adoce na tentativa de se adequar à realidade e de cumprir sua exigência real, o que o faz deparar-se com dificuldades internas insuperáveis.” (FREUD, 1912, p. 73)

No primeiro caso o sintoma surge quando o sujeito é obrigado a escolher outras possibilidades de satisfação que, na realidade, são impossíveis de serem cumpridas neste ponto de seu desenvolvimento, isso após ter tido a sua libido

² Para Lacan (1957-58), na estrutura neurótica essa falta é recalcada e há um retorno pela via do simbólico.

represada. No segundo, no qual a necessidade de mudar o modo de satisfação libidinal está presente desde o início, há um conflito entre os anseios do indivíduo de permanecer como está ou mudar para cumprir com as exigências da realidade.

A realidade não impede todo tipo de satisfação, mas justamente aquela que o indivíduo declara como a única possível para ele, e o impedimento não parte diretamente do mundo exterior, mas primariamente de determinadas aspirações do Eu. (FREUD, 1912, p. 75)

As psiconeuroses, de acordo com Freud (1912) “surgem do conflito entre Eu e libido” e ele acrescenta que “não há nenhuma distinção qualitativa entre as condições da saúde e as da neurose.” Isso é, todas as pessoas precisam passar por esse momento de descoberta e domínio da libido e elas apenas lidam com isso de formas diferentes que podem gerar mais ou menos sofrimento. Dessa forma, todo sintoma necessariamente, de acordo com Freud, traz um sofrimento e um alívio juntos, já que se propõe a ocupar o lugar de um conflito entre o desejo e a falta.

Um ponto importante quando falamos em sexualidade infantil é que, não é possível pensar em infância sem pensar em parentalidade. A constituição do sujeito depende necessariamente de suas figuras parentais. “(...) o vínculo da criança com aqueles que dela se ocupam desde o nascimento tem papel fundamental nessa constituição.” (FARIA, 1998, p. 37). A partir disso é importante elucidar qual conceito de parentalidade será abordado nessa pesquisa. Teperman, Garrafa e Iaconelli (2022), compreendem tal termo como a produção e transmissão de discursos e condições de uma geração para a seguinte com o objetivo de que haja uma constituição subjetiva. Para esse feito, é necessário levar em conta não só quem são os agentes das funções parentais, mas também o campo social no qual eles estão inseridos.

{a psicanálise} oferece seu dizer e seu saber sobre o exercício das funções parentais, de caráter estrutural, para entender a constituição do sujeito na família e para além do universo pai-mãe-bebê. (...) presta-se a produzir aberturas onde o conhecimento instrumentalizante tende ao fechamento e à produção de ingerências sobre a criação de crianças. (TEPERMAN, GARRAFA e IACONELLI, 2022, p. 8)

É importante ressaltar que, os termos “figura materna” e “figura paterna” estão referidos ao aspecto simbólico desse lugar proposto por Lacan e que os

significantes “mãe” e “pai” são lugares de nomeação que funcionam como “semblantes”, mas que não necessariamente estão ligados à função que o sujeito exerce para a criança. “Entendemos que assumir tais nomes e exercer a função materna são dois processos distintos, não necessariamente experimentados pela mesma pessoa.” (GARRAFA, 2022, p. 58). Ou seja, os termos “função materna” e “função paterna” utilizados ao longo desse trabalho, não estão ligados a nenhum gênero específico e nem restritos à uma relação baseada na genética. Iaconelli (2022) problematiza o uso dos termos “pai” e “mãe” na psicanálise, pois a utilização de tais significantes “(...) aponta para a interpretação biológica, para o direito, para o gênero, para os papéis, para a educação, para as funções.” (IACONELLI, 2022, p. 13).

Observemos que a psicanálise contribui para essa nomeação ao assinalar a não correspondência entre as funções parentais e os laços sanguíneos. Contudo, como examinaremos mais adiante, “parental” refere-se a pais, mas não discrimina pai e mãe, função materna e função paterna, de forma que “parentalidade” poderia apontar também para uma indiferenciação no interior da família. (TEPERMAN, 2022, p. 91)

Por esse motivo, como uma forma de se posicionar politicamente já que, “os papéis de pai/mãe de hoje respondem ao período histórico no qual estamos inseridos e reproduzem o modelo burguês, cis, patriarcal e heterossexual.” (IACONELLI, 2022, p. 14), buscamos nessa pesquisa utilizar o termo “agente da figura materna” e “agente da figura paterna”³ com a intenção de evitar a interpretação dos significantes “pai” e “mãe”. “Nesse contexto, “mãe” e “pai” situam-se como semblantes, aparências fundamentais para delimitar o laço que nelas se sustentam.” (GARRAFA, 2022, p. 60) e não como sinônimos dos agentes de cada função. Dando um exemplo, a pessoa pode se nomear como “mãe” e cumprir, simbolicamente, o papel representado pela “função paterna” e isso sem ter relação alguma com o gênero com o qual a pessoa se identifica. Por fim, “há que se ficar atento aos significantes mãe, mulher, homem, pai, genitora, genitor, pois a tentativa de naturalizá-los, imputando-lhes uma consistência que não têm, insiste.” (IACONELLI, 2022, p. 76).

Falando sobre a estrutura da família, também é necessário ressaltar que a psicanálise ajuda na compreensão da existência, permanência e defesa dos

³ Utiliza-se também os termos “agente da função materna” e “agente da função paterna”, que se trata de sinônimos das expressões “agente da figura materna” e “agente da figura paterna”.

tipos diversos e singulares de família. É importante lembrar que “na família não há garantias, independentemente das configurações pelas quais ela se apresenta.” (TEPERMAN, 2022, p. 91), ou seja, o movimento contemporâneo de defesa à “família tradicional brasileira” – entendida como pai, mãe e filhos(as) morando na mesma residência – deve ser criticado pela psicanálise e, para além disso, para Mena (2021), precisa-se estabelecer uma luta pela persistência da família “no plural”.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Discutir teoricamente os efeitos da repressão da sexualidade infantil, pelas figuras parentais, na constituição do sujeito, problematizando-os a partir da ótica da psicanálise de Freud, Lacan e outros.

2.2. Objetivos Específicos

Considerando a repressão das manifestações da sexualidade infantil por meio de processos educacionais mal orientados pelas funções parentais, sob uma perspectiva patologizante, busca-se,

- compreender os efeitos deletérios para a constituição subjetiva e para a sexualidade da criança, a partir da repressão de manifestações sexuais na infância;
- entender o conceito de parentalidade e como ocorre a transmissão de saberes (educação);
- identificar nas famílias contemporâneas – e plurais – como se dá a parentalidade, problematizando sua relação com a sexualidade infantil;
- reconhecer e investigar as possíveis repercussões da repressão da sexualidade infantil: focando principalmente na inibição e adoecimento neurótico.

3. MÉTODO

A fim de responder à questão acima, foi realizada uma pesquisa psicanalítica a partir da leitura, avaliação e discussão de textos que psicanalistas e outros autores das áreas relativas à sexualidade infantil, família, parentalidade e constituição subjetiva escreveram sobre o tema. Como teoria, entende-se a partir de Mijolla-Mellor (2004), que esta é formada por dois âmbitos:

(...) um modelo etiológico que dá conta de um quadro sintomático (teoria da neurose), uma reflexão sobre o processo analítico, ou hipóteses metapsicológicas.” Por mais que se pretende com essa pesquisa apenas fazer uma reflexão histórica e epistemológica, “Não se pode pesquisar ‘sobre’ sem vir a ser de uma maneira ou de outra, e nos limites da própria análise, um pesquisador ‘em’. (MIJOLLA-MELLOR, 2004, p. 29. apud AGUIAR, 2006)

A psicanálise por si só não é, para Fernando Aguiar (2006), apenas um modo de investigar sobre um tema específico, mas trata-se também de uma “intervenção clínica”, portanto, fazer uma pesquisa em psicanálise já tem um método estabelecido à priori. Quando se fala em uma pesquisa sobre psicanálise a partir de outros escritos, usa-se o “método interpretativo para o domínio da leitura de textos.” (AGUIAR, 2006, p. 114). Mezan acrescenta que o método psicanalítico não se trata de analisar e interpretar possíveis fantasias do autor, mas ter uma maior atenção aos detalhes e particularidades dos textos a partir do olhar psicanalítico. O objeto dessa pesquisa “[...] é aqui constituído por textos, e não por aquilo que se costuma designar como ‘material clínico’.” (MEZAN, 1993, p. 89).

A partir desses pontos levantados, vale lembrar que os conceitos utilizados, buscam descrever situações vividas na clínica e por esse motivo, mesmo que indiretamente, estão ligados a ela. Realizou-se a leitura dos textos, respeitando o método psicanalítico e, portanto, tendo em mente que “percorrer a obra em todos os sentidos, sem nada omitir e sem nada privilegiar a priori, talvez seja para nós o equivalente da regra fundamental do tratamento” (MEZAN, 1993, p. 89). De acordo com Mijolla-Millor (2004), os textos psicanalíticos são indissociáveis da prática e vice-versa.

Para Aguiar (2006), a grande importância da pesquisa psicanalítica é a premissa de que a experiência analítica é irreduzível e estabelecida como um campo epistemológico, pois tem seu próprio método e modo de investigação. O

procedimento de investigação é uma das fontes que constitui a teoria psicanalítica. “Compreende-se por que a teoria psicanalítica não se reduz a um conjunto de leis teóricas, mas sempre se apresenta como um “teórico-clínico”.” (AGUIAR, 2006, p.125) Portanto, vale sempre ressaltar que todos os conceitos trabalhados nessa pesquisa, além de poderem ser sempre revisitados e modificados, foram produzidos a partir da clínica psicanalítica. Sobre essa ideia, a psicanálise não busca criar prognósticos e nem assegurar generalizações, mas “(...) se ocupa da escuta daquilo que responde pela produção dos fenômenos, bem como o que aponta para a incompletude do saber e para o que escapa às possibilidades de apreensão pela linguagem.” (IACONELLI, 2022, p. 15)

A psicanálise tem a “ambição não só de descrever ou de inventar alguma coisa no plano ideal, mas também a pretensão de intervir nesse real e de modificar alguma coisa dele” (MEZAN, 1994, p. 59) e, a partir disso, “toda pesquisa pode possibilitar mudanças no real. A realização de uma pesquisa, psicanalítica ou não, será sempre uma experiência transformadora.” (AGUIAR, 2006, p. 117).

O psicanalista é aquele que dá ouvidos ao ruído, ao dissonante, a aquilo mesmo que as ciências tentam ignorar. Ao concentrar sua atenção no que em nós é o mais íntimo e mais estrangeiro - que nos move e que tentamos ignorar - a psicanálise não o faz com o intuito de catalogar mais uma doença, um desvio ou uma aberração. (IACONELLI, 2022, p.15)

O presente estudo realizou-se a partir da leitura e análise de livros e artigos da psicanálise. De início, houve um retorno aos textos freudianos com o objetivo de entender à fundo o conceito de sexualidade infantil – e todos os conceitos que conversam com esse tema - proposto por Freud. Para tanto, utilizou-se como ponto de partida os “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905-1925) no qual Freud propôs a existência da sexualidade infantil. Ao pensar nas consequências do “fazer segredo” sobre o sexo para as crianças, duas leituras se fizeram necessárias: “A História da Sexualidade” (1988) de Foucault e “Sobre o Esclarecimento Sexual das Crianças” (1907) de Freud. Essas leituras foram essenciais para retomar, historicamente, como a sexualidade infantil é vista pela sociedade para, a partir disso, localizar essas problemáticas na contemporaneidade. Vale ressaltar que “o discurso psicanalítico reconhece nas formas do sofrimento humano as expressões

possíveis de uma subjetividade única e da época na qual está inserida.” (IACONELLI, 2022, p.15)

Tendo em vista que a pesquisa busca compreender os processos educativos – internos da família – mal orientados, como recorte específico na compreensão da repressão da sexualidade infantil, foi necessário retomar o conceito de família e parentalidade, buscando compreender, também de forma mais atualizada e correspondente com o cenário atual, o que a Psicanálise tem para acrescentar sobre a importância da função materna e paterna na constituição psíquica e nas determinações do que se passa com a criança.

Escolheu-se analisar o livro *O Infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?* (2022) organizado pelo psicanalista Luiz Mena, já que "Toda criança se torna parte da história dos desejos desejados por aquele casal, mas também pelas famílias deste, pelas comunidades a que pertence, pela sociedade onde aquele novo ser advém." (DUNKER, 2022, p. 49-50) e o livro *Parentalidade* (2022) organizado por três psicanalistas contemporâneas, Daniela Teperman, Thais Garrafa e Vera Iaconelli, que buscam desmistificar as ideias sobre o campo da função parental, indo contra o universo normativo no qual estamos inseridos.

Na década de 1920, Freud ressalta a importância do complexo de Édipo na compreensão da sexualidade do sujeito através de seu escrito *A Dissolução do complexo de Édipo* (1924). Em nota acrescentada em 1920 nos *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud revela que o complexo de Édipo “Representa o ápice da sexualidade infantil que, por meio de seus efeitos ulteriores, exerce decisiva influência na sexualidade dos adultos” (FREUD, 1980, p. 233) e é a partir disso que a leitura mais aprofundada sobre essa temática se fez necessária. Para abordar a teoria do Édipo e estrutura familiar, tendo em vista que “as relações de amor e ódio que a criança estabelece com as figuras parentais constituem um acontecimento universal do início da infância e, segundo Freud, são a base para a ordenação de todo o campo da sexualidade humana.” (FARIA, 2021, p. 35) buscou-se analisar o livro da psicanalista Michele Roman Faria sobre o tema trazendo uma perspectiva mais atual sobre o que foi retomado nas obras de Freud.

Por fim, para responder à pergunta central da pesquisa sobre a problemática da repressão da sexualidade infantil, além das obras já citadas na

introdução, utilizadas com o objetivo de apreender os conceitos relacionados a esse tema, utilizou-se, como base principal, a tese de doutorado da psicanalista Marciela Henckel (2009). A autora, traz situações de disfunções sexuais masculinas, observadas na sua clínica com o objetivo de entender a natureza de tais inibições. Para tanto, ela retoma a história do sujeito com a sua sexualidade desde a infância, entendendo como episódios de impedimento e repressão da sexualidade da criança, impactam na relação dela com a sexualidade até a vida adulta. Foi importante se aproximar desta tese para compreender, principalmente, a relação entre o recalque da sexualidade – ocasionado por processos educacionais mal orientados – e as inibições do pensamento e adoecimento neurótico. A autora sobre isso ressalta que “essa limitação incidindo na criança pequena pode durar todo o decorrer da sua vida.” (HENCKEL, 2009, p. 101-102).

O primeiro capítulo trata-se de uma retomada histórica sobre o conceito de família com o objetivo de delimitar qual estrutura familiar será abordada nesta pesquisa e de compreender o modo como se dá a família na contemporaneidade, focando na transmissão e no ato de educar. O segundo capítulo refere-se à uma retomada da teoria do Édipo, focando na releitura de Lacan, com o objetivo de compreender o modo como se dá a constituição do sujeito como ser desejante e sexuado, a partir de sua relação com as figuras parentais. O terceiro capítulo concerne em uma discussão sobre o fenômeno da parentalidade, rompendo com a lógica cis, heteronormativa e buscando entender a responsabilização dos agentes das figuras parentais no processo de constituição do sujeito, sem os culpabilizar. O quarto e último capítulo propõe-se a discutir as noções de sexualidade infantil, abordando a centralidade que esta ocupa na constituição psíquica e os perigos da repressão exagerada da sexualidade, focando na inibição e adoecimento neurótico. Portanto, foram organizados capítulos por temas, nos quais são apresentados os conceitos relacionados aos objetivos da pesquisa e desenvolvida uma discussão dos autores que escreveram sobre o que foi estudado.

4. ESTRUTURA FAMILIAR

Este primeiro capítulo busca compreender a amplitude do conceito de família para a psicanálise, procurando realizar uma retomada histórica e crítica sobre os conceitos de estrutura familiar e transmissão, com foco na infância. Importante ressaltar que "(...) o psicanalista não tem um conceito preconcebido de família e só pode se manifestar na experiência analítica, em um por um dos casos que ele dirige." (GURGEL, 2021, p. 157), ou seja, a psicanálise trata o conceito de família de forma singular e se interessa por conceber as influências e estruturação desse grupo a partir da subjetividade de cada um, sem criar generalizações. Isso fica bastante claro na clínica psicanalítica, já que, nela aparecem formas muito diversas de constituição na família e do modo como cada sujeito se constitui a partir das relações intrafamiliares. "Os inúmeros relatos [clínicos] não permitem que possamos ter uma verdade última sobre o que é família, nem para que ela serve, tecendo uma resposta padrão, que seja satisfatória para todos." (MENA, 2021, p. 9).

Mena (2021) revela que a família é mais necessária para seus integrantes na infância e na velhice, sendo responsável pela garantia de bem-estar desses sujeitos. "Para a psicanálise, o homem é constituído numa dialética entre o campo individual e o social; o subjetivo e o coletivo." (TORRE e SILVA, 2021, p. 100) e é através da linguagem – do discurso da família - que o sujeito é inserido no laço social. Essa linguagem, segundo Lacan, marcada pela falta, é o que rege a relação com o Outro⁴ (grande outro) e os outros (semelhantes).

A família se instituiu como o palco de relações históricas, políticas e libidinais, simbolicamente articuladas, que melhor permitiria a proteção e a educação da criança. Como modalidade de mediação da relação entre sujeito e sociedade, o foco na família obscurece a presença da cena social na base da cena familiar. A idealização, ainda bastante presente no imaginário social atual, mantém o modelo patriarcal, formado pela família nuclear heterossexual com as funções parentais atadas aos papéis de pai e mãe, e ofusca os seus conflitos, as relações de poder, as violências. (ROSA, 2022, p. 23)

É importante que a partir do que foi explicitado anteriormente, sobre a escuta clínica de múltiplas formas de família, a psicanálise, rompa com esse modelo normativo, ainda tão presente na atualidade, que busca o apagamento das singularidades dos pais e das crianças. Entendemos com Teperman (2022) que

⁴ Escrito com letra maiúscula para marcar seu lugar simbólico e primordial, segundo Lacan.

essa família naturalizada, formada por pai, mãe e filhos que moram na mesma casa, não garantem normalidade e nem são sinônimo de adoecimento, portanto “não existe uma forma de organização familiar ideal que possa garantir as condições necessárias à constituição do sujeito.” (TEPERMAN, 2022, p. 91). A ideia de que o homem e a mulher se unem, fazem a família e organizam o mundo assim “é o clímax do falso controle de tudo: da sociedade, da sexualidade, do corpo e até do enigma do futuro.” (HOMEM e CALLIGARIS, 2019, p. 48). Sobre isso, Dunker (2022) faz uma contribuição, afirmando que, não tem diferença para o desenvolvimento psíquico da criança, se as funções parentais são exercidas por um casal heterossexual ou homossexual e se os agentes dessas funções são cisgênero ou transgênero.

Quando falamos em família, frequentemente esquecemos que uma família não é uma decisão individual de duas pessoas que pretendem compartilhar suas vidas, mas um sistema de famílias. Uma família é sempre um sistema de trocas e interpenetrações, de alianças e de obrigações, de circulação e transmissão de bens simbólicos e materiais. (DUNKER, 2022, p. 50)

Ou seja, a família não se restringe à relação nuclear de parentalidade e filiação, mas a esse “sistema de famílias” que é permeado por uma cultura, regida por valores morais e sociais. Sobre tal questão, Kehl (2021) destaca a interdição do incesto e a sexuação como pontos-chaves do papel da família na constituição subjetiva do sujeito. “A partir desse ponto, o papel da família na modernidade é formador, no sentido de preparar as crianças para suas responsabilidades em relação às normas de convívio social.” (KEHL, 2021, p. 28), educando-as de acordo com os valores sociais e a partir da própria educação que os agentes das figuras parentais receberam ao longo da vida. Tendo isso em vista, sabe-se que “(...) o sintoma da criança está em posição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar.” (FARIA, 2021, p. 185).

4.1. Contextualização Histórica do Conceito de Família

Vimos que a família é atravessada por valores e modelos socialmente criados. A partir disso, faz-se necessário entender e contextualizar historicamente esse conceito. Essa problematização torna-se ainda mais relevante quando observamos o que Mena (2021) descreve de forma bastante clara sobre os nossos tempos:

Assistimos, nos últimos anos, ao avanço de movimentos ultraconservadores pelo mundo, que defendem pautas tradicionalistas que se utilizam com frequência de um mesmo argumento para justificar sua expansão: a defesa da família, como se ela estivesse sob ataque do progresso, agindo como se ela fosse uma resistência à barbárie que o progresso representa. (MENA, 2021, p. 7)

Se a principal luta pela família na atualidade é para o retorno do modelo “tradicional” de família, isso diz muito sobre a sociedade na qual estamos inseridos e, portanto, dos valores e ideias que estão regendo a educação das crianças na contemporaneidade. Esse discurso conservador autoritário, busca “defender” as famílias “dos direitos sociais conquistados no pós-guerra, como direitos sexuais e reprodutivos, direitos raciais, direitos humanos, direitos das mulheres, direitos LGBT.” (MENA, 2021, p. 121 - 122). Sobre essa questão, Kehl (2021) problematiza a existência de um “ideal” de família, presente no imaginário social, que corresponde às famílias burguesas do século XIX.

Era do seio das famílias vienenses mais estruturadas, no final do século XIX, que vieram os primeiros pacientes que possibilitaram ao Dr. Sigmund Freud investigar a origem das neuroses e inventar a psicanálise. Aquele foi o modelo de família onde germinaram as modalidades modernas de mal-estar, que Freud associou às exigências da monogamia, às restrições sexuais impostas, sobretudo às mulheres, à claustrofobia doméstica, que contribuía para fixar os filhos no lugar de objetos do amor incestuoso de suas mães. (KEHL, 2021, p. 24-25)

Ou seja, se a luta em questão é em defesa do modelo “tradicional” de família, o que esses grupos buscam é uma regressão em relação aos direitos adquiridos, principalmente relacionados ao âmbito da vida sexual e conjugal. Segundo Rudinesco a família tradicional “busca assegurar a transmissão de um patrimônio, por meio de casamentos arranjados entre as famílias, sem que a vida sexual e afetiva fosse levada em consideração.” (ROUDINESCO, 2003 apud. TORRE e SILVA, 2021, p. 105). À luz da psicanálise, entendemos que os agentes das funções parentais devem ser sujeitos sexuados para possibilitar que a criança se torne um sujeito desejante, é bastante lógico que um modelo patriarcal, esvaziado de desejo e sexualidade, não vai criar sujeitos desejantes e sua subjetividade será assim prejudicada.

Sobre essa questão, também pode-se criticar o modelo de “família moderna” no qual “as crianças, que antigamente se socializavam pela convivência com adultos diversos, no decorrer da rotina cotidiana, passam a ter uma criação e educação sob a orientação de especialistas.” (MENA, 2021, p.

125). Nesse contexto, a subjetividade dos agentes das funções parentais, também é esvaziada, à medida que a educação parental é realizada a partir de livros e pesquisas e não através de uma relação desejante entre o Outro e a criança.

(...) a partir do desenvolvimento da sociedade industrializada-burguesa, a orientação rumo à privacidade não se deu apenas em relação à instituição familiar. Houve também uma “privatização” das questões que envolviam a sexualidade. Ou seja, houve um maior ocultamento da sexualidade e segregação da mesma da vida social, além de um maior controle dos impulsos. As questões sexuais começaram a ser cada vez mais ocultadas dos olhos infantis, cercadas por medo, vergonha e por uma “conspiração do silêncio”. (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.179)

Finalmente, nos aproximando do conceito de “família contemporânea” nos deparamos, segundo Mena (2021), com uma equivalência maior em relação às tarefas das mulheres e dos homens – pensando em uma família heterossexual – dentro de casa, ou seja, “enquanto a mãe também ganha dinheiro, o pai também troca a fralda.” (MENA, 2021, p. 126). Além disso, o autor destaca, baseando-se no IBGE (2010), a pluralidade da família contemporânea que pode ser estruturada das mais diversas formas: “casais com filhos, casais sem filhos, três gerações sob o mesmo teto, casais gays, mães sozinhas com filhos, pais sozinhos com filhos, netos com avós, irmãos e irmãs, famílias recompostas com os filhos dos antigos casamentos.” (*ibidem*)

A educação orientada por especialistas, que tem seu início na modernidade, perpetua-se até os dias atuais e para além disso “o desenvolvimento de tecnologias do cuidado produz uma terceirização do cuidado nas duas pontas da experiência familiar, em uma desresponsabilização da família pelo cuidado de seus membros.” (MENA, 2021, p. 11). Ou seja, as curiosidades, perguntas e temores das crianças que antes eram respondidas pelos pais baseando-se em dogmas religiosos ou ideologias conservadoras, hoje levam os agentes das funções parentais ao Google, aos “especialistas da família” e aos livros de autoajuda. (TORRE e SILVA, 2021; MENA, 2021; TEPERMAN, 2022).

A partir dessa lógica, “os diferentes sistemas simbólicos, como a economia, o direito, a religião e as artes, interpretam o sistema das famílias, definindo, a cada vez, prerrogativas e expectativas, interdições e prescrições.” (DUNKER, 2022, p. 52). Kehl (2021) fala sobre a relação entre moralidade

pública e a educação privada, ou seja, tem uma continuidade entre a vida pública e a vida privada à medida que “os valores aprendidos e as restrições impostas aos sujeitos no âmbito da família correspondiam a ideias e exigências importantes para o desempenho dos papéis na vida pública.” (KEHL, 2021, p. 28-29).

Tais questões tornam inegável a importância de considerar o lugar da escolinha infantil ou da creche em relação à constituição do sujeito na primeira infância da atualidade, relançando os modos de cuidar de um bebê e a sua sustentação coletiva. De fato, há casos em que a creche ou a escolinha infantil podem produzir verdadeiras operações protéticas da função materna e da paterna. Na maioria, a escolinha funciona como uma extensão dessas funções, e seus professores enquanto cocuidadores. No entanto, também há casos em que uma delegação precoce dos cuidados pode desfigurar para o bebê seu enlaçamento simbólico a um Outro Primordial. (JERUSALINSKY, 2021, p. 54)

4.2. Família e Transmissão

A partir da aproximação teórica com o lugar que a família ocupa na contemporaneidade e os vários atravessamentos que essa sofre, como pensar na transmissão, pela qual, teoricamente, a família cumpre papel fundamental? Em primeiro lugar vale ressaltar que “a transmissão familiar é de ordem inconsciente, implica a subjetividade de cada um dos envolvidos e não coincide com uma tarefa pedagógica.” (TEPERMAN, 2022, p. 100). A partir disso, observa-se que as mídias sociais, televisão e outras tecnologias atuais, ocasionam em um “rompimento do isolamento familiar e, conseqüentemente, a dificuldade crescente de os pais controlarem o que vai ser transmitido a seus filhos.” (KEHL, 2021, p. 23), ou seja, não são mais os agentes das figuras parentais que “controlam” aquilo que as crianças vão receber de informação – por mais que eles tentem através de inúmeras restrições de tempo de uso, senhas, castigos e afins. Porém, mesmo com essa ressalva, o conceito de família proposto por Lacan, continua relevante: “Entre todos os grupos humanos, à família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.” (LACAN, 1938, p. 13). Levando isso em consideração, o ponto em questão torna-se: que cultura e quais saberes estão sendo transmitidos?

A tarefa de transmissão sofre uma ruptura na contemporaneidade, na medida em que não podemos mais ensinar aos nossos filhos o que aprendemos com os nossos pais. Primeiro, porque o que aprendemos é atravessado por valores anacrônicos que o mundo vem recusando, como machismo, racismo, misoginia. Segundo, porque o objeto da transmissão não existe mais ou não tem mais uso, como, por exemplo, a máquina de escrever do pai, os discos de vinil da mãe ou a bússola do avô. O objeto da transmissão se perdeu ao longo de sua progressiva digitalização, e com ele uma parte da transmissão também se perdeu. Terceiro, porque o Google hoje sabe mais que o pai, que o avô, que os antepassados ou que a tradição, deslocando o lugar de saber que sustentava a transmissão para um Outro virtual, que tudo sabe. (MENA, 2021, p. 128-129)

A partir desse esclarecimento feito por Mena (2021), o qual ele relaciona com a crescente “falência do Outro”, pode-se pensar que a família, não tem mais valor. Porém pretende-se nessa pesquisa defender a “importância, função e persistência da família na contemporaneidade” (MENA, 2021, p. 11) a partir da noção de que independente – e para além - de sua constituição concreta, “enquanto estrutura discursiva, [a família] é a matriz simbólica fundamental para a constituição do sujeito, já que é a partir dela que serão transmitidos os interditos necessários à cultura.” (KAMERS, 2021, p. 89). Não se trata aqui dos agentes das funções parentais apenas como semblantes de “pai” e “mãe”, que transmitem conteúdos simplórios, que se restringem à moral e aos bons-costumes, mas como sujeitos sexuados, desejantes e que, portanto, estão marcados pela falta, pelo real e pelos restos. Nesse contexto, “uma transmissão é sempre atravessada por esses restos, pelos não-ditos que permeiam uma família e incidem em cada um de seus membros de maneiras diferentes.” (MENA, 2021, p. 133). Tal esclarecimento refere-se ao que Lacan nomeia como a “irreducibilidade de uma transmissão - que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo.” (LACAN, 1969, p. 373).

Fica claro, a partir de elucidações realizadas, que a família “cumpre a função fundamental de inscrição da criança no universo simbólico através das funções parentais” (KAMERS, 2021, p. 79) e, portanto, o que importa na transmissão é, de acordo com Teperman (2022), o “saber inconsciente” presente no ato de educar, assim como os possíveis erros, tropeços e inseguranças presentes nesse processo e não “práticas ortopédicas e totalizantes.” (p. 96). “Na transmissão familiar, as faltas e imperfeições daqueles que se

responsabilizam pelas funções materna e paterna são necessárias e bem-vindas.” (TEPERMAN, 2022, p. 103), até porque, como ressalta a autora, é impossível, na função da parentalidade, excluir a subjetividade – e, portanto, a dimensão sexual - dos agentes que cumprem tais funções.

Enfatizamos que a transmissão da história, de valores e ideais e dos significantes fundamentais da filiação e da sexualidade são importantes na constituição subjetiva e na construção do laço social. Ou seja, é sob a ética do sujeito desejante que nos cabe examinar as questões familiares (ROSA, 2009). A transmissão da cultura atribui um lugar para o jovem sujeito, o que lhe permite se reconhecer numa história narrativa passada e futura e significar sua inscrição no presente. (ROSA, 2022, p. 24-25)

Sobre essa temática retomamos o que Lacan chama de “père-version”, referindo-se ao agente da função paterna, como um pai vivo, sexuado e desejante. (MENA, 2021; TEPERMAN, 2022). “Com um pai gozante e imperfeito, não há garantia, e "onde não há garantia, onde há uma lacuna no código, há lugar para a iniciativa, há lugar para a decisão, para a causa do desejo" (ZENONI, 2007, p. 15-26).” (TEPERMAN, 2022, p. 102). Essa père-version é o que Mena (2021) relaciona com o “brilho no olhar que anima a transmissão” (p. 133). Nas famílias em que o discurso familiar é acometido por um apagamento, principalmente em casos de vulnerabilidade social, “outros” diversos – que fazem parte do universo da criança - acabam assumindo o papel da transmissão. “Para tais crianças é oferecido apenas o "discurso da criança", de uma criança que não lhe diz respeito, que não é "filho" e que escapa à condição desejante, que incluiria o Outro e o implicaria no efeito subjetivo.” (ROSA, 2022, p. 29).

Esse discurso que não é marcado pela relação desejante “pais-filhos”, é apenas marcado por contingências sociais que acabam desconsiderando a criança como sujeito também desejante. “A transmissão implica um não anonimato, na medida em que pressupõe uma nomeação que insere o sujeito numa filiação e assegura o seu lugar nesse mundo. (...) uma transmissão que historiciza o sujeito.” (KAMERS, 2021, p. 91). O problema é instaurado exatamente nesse ponto, quando:

(...) em lugar de estruturar os prazeres a partir de uma transmissão simbólica que se opera na intimidade lúdica, articulando de forma desejante a satisfação aos ideais culturais, se pretende fixar eficácias funcionais que submetem um bebê a métodos padronizados para

moldar um comportamento adequado. (JERUSALINSKY, 2021, p. 55-56)

Jerusalinsky (2021) faz importantes colocações sobre tal tema ao dizer que para que o bebê se constitua subjetivamente - como sujeito do desejo - é necessário que o discurso familiar seja determinado pelo lúdico, por diversas possibilidades de significações e ressignificações, sempre marcadas pela subjetividade do Outro e pelo prazer. Temos, assim, a primordialidade de abandonar regras estigmatizantes que obturam os agentes das figuras parentais. A transmissão deve dialogar com “os ideais culturais ao mesmo tempo em que se dá a brecha para que o infante, como um sujeito em estruturação, possa produzir sua resposta desejante.” (JERUSALINSKY, 2021, p. 57). O que vemos, porém, é uma tentativa incessante de barrar o brincar criativo para colocar em seu lugar “métodos técnicos que enrijecem” o sujeito.

Por fim, outra questão importante da contemporaneidade é o que Teperman (2022) chama de mal-estar na educação e na família, quando diz que “a época atual - condensada no discurso capitalista - investe na ilusão de que não há limites para o gozo, prometendo objetos que tamponariam o aparecimento da falta.” (TEPERMAN, 2022, p. 96). Neste contexto, os agentes das figuras parentais se sentem inseguros em educar mal os filhos, decepcionando-os e com isso, acabam recusando o risco – essencial na transmissão e educação. Essa recusa gera um abandono daquele que exercem a parentalidade, em relação à criança. “O efeito é de abandono, porque a criança não pode arcar com o critério para as decisões dos adultos, como ocorre no caso de pais que só fazem o que os filhos "consentem".” (KEHL, 2021, p. 32), ou seja, não estabelecem uma responsabilidade frente à criança ao não bancarem as diferenças de papéis entre “pais” e “filhos”. A partir disso a criança fica “à mercê de seus próprios impulsos, de sua fragilidade e de sua onipotência infantil, não por falta de amor, mas por falta de responsabilidade.” (KEHL, 2021, p. 32).

5. COMPLEXO DE ÉDIPPO: DE FREUD A LACAN

Este segundo capítulo ocupa-se de retomar o conceito de complexo de Édipo de Freud à Lacan, permeado pelas interpretações da psicanalista Michele Roman Faria (2021). Antes de expor os fundamentos que elucidam a teoria do Édipo - em sua função, utilidade e relevância - pensando nas configurações atuais de família trabalhadas no capítulo anterior, vale ressaltar e precaver que, como lembra Iaconelli (2022) muitas vezes o modelo estrutural edípico é lido de forma errônea “na chave imaginária pai-mãe-bebê reais”. Aqui pretende-se romper com essa leitura,

Lacan para reconduzir os psicanalistas dos fundamentos da teoria freudiana indicava que, mais-além das configurações particulares de cada estrutura familiar, a essência do Édipo não está na trama imaginária da relação incestuosa da criança com a mãe e de rivalidade com o pai, mas naquilo a que essa trama dá sustentação: a estrutura simbólica que orienta o desejo em torno da dialética falo-castração. (FARIA, 2021, p.9)

Retornar a base da teoria edípica, ou seja, sua “estrutura simbólica”, é substancial pensando no sujeito da psicanálise como o sujeito do desejo, pois esse desejo não está ligado à uma estrutura única e redutora de família “(...) sendo um erro dos mais frequentes reduzir aos personagens em torno dos quais os dramas familiares acontecem a causa das patologias que encontramos neste campo.” (FARIA, 2021, p.12). A dimensão imaginária, na qual ocorrem os dramas familiares, nos faz enxergar, diversas vezes, o que acontece na clínica como uma relação de causa e consequência – que é alheia à lógica da psicanálise – e, por esse motivo que o complexo de Édipo é tão importante para nos colocar de volta em um eixo fundamental da clínica, o “eixo simbólico”.

Ao longo de toda a obra freudiana (1897 a 1938) é possível perceber menções e desenvolvimentos sobre a teoria edípica e por isso é de extrema importância fazer uma retomada deste conceito baseando-se em Freud para, a partir disso, ver o que a obra de Lacan desenvolve sobre o conceito. Freud refere-se ao complexo de Édipo como aquilo que organiza a sexualidade humana, o “fenômeno central do período sexual da primeira infância” (FREUD, 1924, p. 217) e diferencia, marcadamente, como se dá essa passagem para as

meninas e para os meninos. Até o final de sua obra, ele mantém o complexo de Édipo feminino como algo mal resolvido, enigmático, o que é um dos pontos mais críticos de sua teoria.

5.1. Complexo de Édipo para Freud

Para desenvolver a teoria sobre o complexo de Édipo para os meninos, segundo Faria (2021), Freud se apoia em três ideias principais. A primeira é a existência da sexualidade infantil, que Freud (1905-1925) descreve como perversa e polimorfa - não sendo reduzida à genitalidade. A segunda é a noção de que as crianças, ao não receberem respostas sobre suas inquietações a respeito da sexualidade, criam teorias, como, por exemplo, o desconhecimento da diferença entre os sexos e a ilusão de que todos possuem um pênis (premissa fálica). E a terceira é a constatação de que a mãe⁵ é o primeiro objeto de amor na infância. Vale acrescentar que, um conceito que permeia toda a teoria e as três ideias apresentadas anteriormente é o complexo de castração.

A partir disso, Freud dispõe duas possíveis compreensões sobre o modo como o complexo de castração é instaurando. Em um primeiro momento, ele traz a ideia, que se perdura ao longo de sua obra, de que o Édipo tem uma essência “maturativa”, ou seja, este seria um “(...) fenômeno que é determinado e estabelecido pela hereditariedade e que está fadado a findar de acordo com o programa, ao instalar-se a fase seguinte preordenada de desenvolvimento.” (FREUD, 1924, p. 218). A outra ideia sobre essa instauração é a de que depende do momento em que a criança está, pois, por mais que os fatores externos (ameaças de castração e visão da falta do pênis na mãe) possam dar a entender a entrada no complexo de castração, a criança só os entende como tal em uma conjuntura específica.

Tanto o fator externo quanto o aspecto maturativo dependeriam da possibilidade de articulação, pela criança, de certos elementos que permitem ordenar a questão colocada pelo complexo de castração. (...) a castração - situada imaginariamente como a falta de pênis - é

⁵ Neste subcapítulo utiliza-se do termo “mãe” e “pai” e não “agente da função materna” ou “agente da função paterna” - considerado mais adequado na contemporaneidade - já que as funções parentais como estrutura foram propostas por Lacan, portanto, já que esse tópico trata da teoria edípica puramente freudiana, os termos mais adequados são “mãe” e “pai”.

inicialmente negada e, em um determinado momento, re-significada pela criança como tal. (FARIA, 2021, p. 41).

É justamente essa ressignificação que garante a relevância do complexo de castração para a constituição subjetiva da criança. O que é ressignificado é a premissa fálica, ou seja, a ideia de que o pênis está sempre presente em todos os sujeitos, isso porque a criança se depara com a falta. “É, pois, com o par presença-ausência que a criança tem de se confrontar a partir da incidência do complexo de castração.” (FARIA, 2021, p. 42). A premissa fálica funciona como uma espécie de amparo para a criança lidar com a falta em um momento que ela ainda não está pronta para entendê-la como tal. O par presença-ausência “trata-se de uma dialética que é introduzida sobre uma questão que, nesse momento, não é apenas de central interesse para a criança, mas também fundamentalmente organizadora de seu mundo.” (FARIA, 2021, p.42).

Essa dialética muda o conceito de pênis = presença, que a criança tinha como teoria no início, para pênis = presença ou ausência. “Confrontar-se com essa questão exige da criança, necessariamente, um posicionamento. É nesse posicionamento que está a saída do complexo de Édipo.” (FARIA, 2021, p.43). Essa saída se dá pela substituição do investimento de energia psíquica nos objetos por identificações. A criança introjeta as regras, a autoridade dos pais, no ego, formando o núcleo do superego e acaba sublimando e dessexualizando alguns dos investimentos libidinais presentes no Édipo.

Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital - afastou o perigo de sua perda - e, por outro, paralisou-o - removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança.” (FREUD, 1924, p. 221)

Com a saída do Édipo, a criança redireciona a sua libido a atividades que promovem o laço social e interesses culturais. Freud chama esse momento de passagem do homem perverso-polimorfo ao homem inserido na cultura, por conta da interdição do incesto, pelo recalque. Em resumo, para Freud, o complexo de Édipo é, no caso dos meninos, pautado pelo temor de perder o pênis, a partir da percepção de sua possível falta. Esse medo gera uma angústia e é o complexo de castração que ocasiona a saída do Édipo. Para Freud, a criança é um “ser que nasce imerso no caos das pulsões e cuja inserção na

cultura e no social depende da introjeção da lei e da castração.” (FARIA, 2021, p. 127) e é aí que se dá a importância da teoria edípica.

Em relação ao Édipo feminino, Freud, como já explicitado, faz poucos avanços, mas ele o diferencia do Édipo para os meninos, à medida que "a menina tem de passar por uma mudança de objeto e outra de zona erógena enquanto, para o menino, ambos se mantêm." (FARIA, 2021, p. 45). Ele divide a passagem pelo Édipo para as meninas, em duas etapas. Na primeira etapa, pré-edípica, assim como para o menino, o objeto de amor da menina é a mãe e a zona erógena é marcada pelo clitóris. A menina entra no Édipo, quando o pai passa a ser objeto de amor e a vagina a zona erógena, ou seja, "no caso da menina, a castração e a inveja do pênis têm, ao contrário, o efeito de colocá-la no Édipo," (FARIA, 2021, p. 46) enquanto para o menino, a saída é exatamente o complexo de castração.

O que faz a menina, renunciar o lugar da mãe como objeto de amor é a decepção de ter sido feita sem pênis e a atribuição da culpa desse fato à mãe. "O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai." (FREUD, 1931, p 157). Outra questão que Freud (1924) pontua como uma diferença entre o Édipo para a menina e para o menino é que a primeira não tem a angústia de castração, ou seja, da perda do pênis – já que ela não o tem desde o princípio – mas o que a deixa angustiada, é a perda do amor.

5.2 Complexo de Édipo para Lacan

Partindo da obra de Freud, Lacan, vai além na teoria do Édipo ao colocar como cerne da questão a transmissão da falta (chamada de castração); as estruturas clínicas (psicose, neurose e perversão) e os três registros (real, simbólico e imaginário). O que o pós-freudiano sugere em seus Seminários é que, o complexo de Édipo ocorre em três tempos lógicos e que, ao final desses três tempos, o objeto adquire seu estatuto simbólico. "A realização da sexualidade depende do plano simbólico e a teoria do Édipo é uma das maneiras de descrever os caminhos dessa realização." (FARIA, 2021, p. 95). Lacan se afasta da questão anatômica que Freud indica na teoria e se aproxima da função

simbólica do pai como ponto bastante importante e central para a compreensão do Édipo. Segundo ele há “(...) uma ordem simbólica que preexiste ao sujeito infantil e segundo a qual será preciso que ele se estruture.” (LACAN, 1958, p. 601).

O complexo de castração se mantém como eixo importante da teoria edípica, também para Lacan, assim como a relação da criança com suas figuras parentais. “O Édipo consiste, tanto na obra de Freud como na de Lacan, na relação inicial que a criança estabelece com a mãe, e na interdição que recai sobre essa relação - o complexo de castração.” (FARIA, 2021, p. 51). No Seminário 5, Lacan revela que, um ponto importante da passagem pelo Édipo é que os desejos infantis pelo agente da função materna – que são primordiais - são recalçados. Sobre os três tempos lógicos, vale ressaltar que eles não indicam apenas uma ordem de desenvolvimento, “maturativa” ou uma temporalidade cronológica “(...)”, mas a necessidade de uma certa disposição dos elementos em cada tempo para que o tempo seguinte ocorra.” (FARIA, 2021, p. 52).

Na psicanálise, Lacan retoma o Édipo freudiano à luz do estruturalismo e distingue as funções materna e paterna da colagem dos atores sociais nos papéis de pai e mãe. Com essas considerações, esclarece que não basta haver uma criança para que se institua a mãe ou o pai, e que não é óbvio que a criança seja tomada como falo. (ROSA, 2022, p. 30)

O primeiro tempo do Édipo trata da primeira relação de realidade da criança que, segundo Lacan (1957-1958), é a relação entre a mãe e o filho. Essa relação intermediada pelo que Lacan chama de Estádio do Espelho – transição da fantasia de um corpo despedaçado para um corpo total, ortopédico - já que “é a partir da alienação fundamental inicial do Outro materno, como espelho, que o primeiro tempo do Édipo em Lacan pode ser pensado.” (FARIA, 2021, p. 53). Com a alienação do Outro materno como espelho, ocorre a percepção do corpo da criança como uma totalidade, sem fragmentos. Essa construção, do corpo como uma unidade, só é possível na relação com o outro.

Com base na elucidação da importância do Outro materno, fica claro que “é, então, a função da mãe que está em evidência no primeiro tempo, da mãe enquanto aquela que se ocupa dos cuidados básicos com a criança desde o nascimento.” (FARIA, 2021, p. 55). O bebê, desde que nasce, se expressa

através do choro e é o agente da função materna quem aposta neste bebê como sujeito e busca "traduzir" esse choro com o objetivo de aliviar o desprazer experienciado pelo bebê. O Outro materno investe libidinalmente no bebê e coloca significado em suas expressões. Essa prática é essencial para a sobrevivência e desenvolvimento da criança.

A criança, inicialmente, experiencia uma relação de assujeitamento ao Outro materno, já que todo bem-estar vivido por ela, passa pela significação que este Outro dá ao seu choro. A partir dessa lógica, o Outro materno é entendido pela criança como onipotente, pois ele é indispensável para a realização de sua satisfação. Lacan refere-se à mãe como "Outro primitivo. É o Outro quem é todopoderoso". (LACAN, 1956-1957, p.171). Com base na ideia de que o Outro materno garante a satisfação da criança, Lacan desenvolve a dialética do dom. "Sendo a mãe um Outro onipotente, a criança só pode interpretar a satisfação como o dom materno e a ausência da satisfação como a recusa do dom." (FARIA, 2021, p. 57). A ilusão de onipotência que a criança tem no primeiro tempo:

(...) não quer dizer que o Outro seja de fato onipotente, que haja uma completa adequação da resposta da mãe a todo choro da criança. Sabe-se que essa adequação completa não existe, que sua resposta pode falhar, que a fome pode, por exemplo, demorar a ser satisfeita, ou ser significada como sono ou frio. (FARIA, 2021, p. 160)

A ideia de dom é colocada no lugar de objeto de satisfação, já que nesse momento ainda não está bem estabelecida a relação de objeto que Lacan propõe no Seminário 4 como "o objeto não tem instância, nem entra em função, senão com relação à falta." (p.167), ou seja, como objeto faltante. A criança entende a falta como uma recusa - o que gera uma frustração - e não como uma falta de fato. Para Lacan (1956-1957), o objeto do dom é menos do que o objeto da frustração. O primeiro (dom) é entendido como um símbolo de amor e o segundo (frustração) culmina ou na castração ou na privação.

No primeiro tempo, a mãe é, portanto, a potência da satisfação da criança, tanto mais quanto maior é o assujeitamento da criança à mãe. É esse assujeitamento que faz da mãe um Outro onipotente, que tem e dá ou recusa, mas que, inquestionavelmente, tem para dar. (FARIA, 2021, p. 58).

Lacan se afasta da teoria de Freud, à medida que, sai da ideia anatômica de falo e o coloca no registro simbólico. Ou seja, a teoria da criança em relação

à “mãe fálica”, não está mais relacionada à posse de um pênis, mas o que ocupa o lugar de falo materno passa a ser a própria criança. Essa identificação fálica tem uma duplicidade já que de um lado possibilita, segundo Faria (2021), que a criança crie a noção de uma unidade de Eu, mas, de outro garante a permanência do assujeitamento à onipotência do Outro materno. O falo, portanto, pode se estabelecer em qualquer objeto que seja de desejo.

Deste modo, "a noção de objeto é impossível de compreender, e até mesmo exercer, se não pusermos nela o falo como um elemento, não digo mediador, pois isso seria dar um passo que ainda não demos juntos, mas terceiro." (LACAN, 1956-1957, p. 28). A criança nesse triângulo não entende o falo como terceiro e esse desconhecimento é apontado por Lacan como uma alienação da criança sobre a ideia de sujeito e Outro. O falo, portanto, ainda não tomou, para a criança, o seu lugar de elemento simbólico, mas sim como objeto de identificação imaginária. Lacan nomeia essa identificação fálica do primeiro tempo do Édipo como "etapa fálica primitiva".

No primeiro tempo, trata-se de uma relação baseada na ilusão que a criança tem de ser o falo materno, uma ilusão que só se sustenta como identificação imaginária. É por isso que Lacan afirma que "o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto de desejo de sua mãe." (LACAN, 1956-1957, p. 266). A criança, identificada imaginariamente ao objeto do desejo materno, tem a ilusão de ser esse objeto. É nesse sentido que entendemos a afirmação de Lacan, de que no primeiro tempo, a criança é o falo. (FARIA, 2021, p. 62).

Em relação à presença da função paterna no primeiro tempo do Édipo, Lacan faz uma associação com a linguagem. Ele sugere que ambas estão marcadas desde o princípio, mas não tem uma relevância para a criança. “Quando a criança nasce, a mãe já estabeleceu uma certa relação com o simbólico e com a linguagem, relação que irá marcar a entrada da criança nesse campo.” (FARIA, 2021, p. 65). A mesma relação se dá com a função paterna, ou seja, o que marca a criança desde o nascimento é o fato de o agente da função paterna ocupar um lugar para o agente da função materna. Vale ressaltar, que Lacan (1957-1958) diferencia a presença do pai na “realidade mundana”, da presença do pai no registro simbólico, ou seja, o fato da presença da função paterna ainda estar “velada”, intermediada pelo desejo do agente da função materna, não está diretamente relacionado à ausência ou presença do agente da função paterna no dia a dia da criança. “O primeiro tempo consiste, assim,

em uma etapa altamente estruturante, mas uma etapa que deve ser, segundo Lacan, superada.” (FARIA, 2021, p. 67).

O segundo tempo lógico do Édipo, proposto por Lacan, é marcado pela saída da função materna do lugar de Outro onipotente e da criança como falo, a partir da concretização da falta. Há uma mudança assim da noção do agente da função materna como fálico “(...) a quebra da ilusão de ser o falo materno implica, necessariamente, a percepção de que a mãe não é fálica. Se a mãe não tem falo, é porque a criança não o é.” (FARIA, 2021, p. 68). O agente da função materna passa ser visto como o Outro faltante e desejante e o que Lacan sugere no Seminário 5 é que, a partir dessa lógica, é o Outro que é castrado e não a criança.

A castração desse Outro materno incide diretamente na criança e, ao tirá-la do seu lugar de identificação com o falo, coloca-a também em falta. “É uma dupla incidência da castração, porque a percepção de que a mãe é castrada implica na percepção de que a criança não é o falo que supunha ser.” (FARIA, 2021, p. 70). Como exposto anteriormente, Lacan não pensa na castração como a ausência do pênis, mas como a própria ausência do agente da função materna. Essa ausência não diz respeito apenas à ausência física, mas a noção de que o Outro materno tem desejos diversos que não são pela criança. Há uma necessidade de “instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente.” (LACAN, 1957-1958, p. 188). E a partir dessa variação de presença e ausência do agente da função materna, que a criança percebe que há uma “hiância”, uma falta, na relação “mãe-criança”.

(...) entendemos que seja necessário encontrar uma maneira de situar a castração materna do segundo tempo que não deixe dúvidas de que não se trata de um ato que incide sobre o sujeito que a mãe é.(...) mesmo que a marca da castração materna já exista desde antes do nascimento do filho, vimos que esse não é um dado que a criança tenha condições de apreender no primeiro tempo, quando ela encontra-se em posição de assujeito diante de um Outro fálico-onipotente. (FARIA, 2021, p. 69)

Em relação à percepção de que o agente da função materna tem outros desejos – fato que é percebido pela criança a partir da ausência do mesmo - Lacan revela que a criança começa a se perguntar o que a mãe deseja, já que no primeiro tempo, havia uma ilusão de que só ela mesma era objeto do desejo materno. De acordo com Faria (2021), no lugar do desejo materno surge um x, ou seja, um enigma a ser descoberto. E é exatamente por ter que lidar com a

presença-ausência que a criança é inserida no campo simbólico, “na medida em que a mãe pode estar ou não presente, a criança adquire condição de simbolizá-la.” (FARIA, 2021, p. 71). Isso porque ela passa a representar a presença do agente da função materna quando este se ausenta, ou seja, ao simbolizar, a ausência do Outro materno não é notada pela criança como um sumiço, mas como uma “presença na ausência”.

Por meio dessa simbolização, a criança desvincula sua dependência efetiva do desejo materno da pura e simples vivência dessa dependência e alguma coisa se institui, sendo subjetivada em um nível primário ou primitivo. Essa subjetivação consiste, simplesmente, em instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente. (FREUD, 1957-1958, p. 188).

É no segundo tempo do Édipo que "a criança passa a situar, no Outro, uma falta, inconcebível no primeiro tempo do Édipo. É nesse sentido que Lacan afirma ser necessário "avançar um pouco mais" para passar da frustração à privação." (FARIA, 2021, p. 74). A diferença entre frustração e privação, segundo Freud (1956-1957), é que o sujeito é frustrado quando recebe uma privação de um outro do qual ele esperava receber algo. A falta na castração se dispõe na cadeia simbólica, enquanto na frustração ela se situa no registro do imaginário e na privação está no real. Aqui, "(...) o que está em jogo não é o momento da intervenção externa de uma lei sobre o sujeito, mas a articulação de um dado, a falta no campo do Outro, presente na estrutura desde o início." (FARIA, 2021, p. 130). No segundo tempo a criança passa a entender a falta materna como privação (no real) e isso leva a criança a simbolizar o objeto faltante. Essa falta, entretanto, incide sobre a própria criança como falo.

O que falta à mãe - o pênis, segundo Freud, e o filho como falo, segundo Lacan - é um objeto que, de fato, a mãe não tem. Não se trata da perda de algo que a mãe teve e não tem mais. Trata-se da constatação da falta de um objeto que a mãe apenas supostamente tinha, que era a própria criança no lugar de falo materno. (FARIA, 2021, p. 75).

A função do pai entra "(...) como privador da mãe, isto é, perfila-se por trás da relação da mãe com o objeto de seu desejo como aquele que castra." (FREUD, 1957-1958, p. 191). A figura do pai, para Lacan, é vista de duas formas pela criança, ele pode ser imaginado como a pessoa que de fato interdita a mãe e como a pessoa que ocupa o lugar enigmático do desejo da mãe. Ou seja, ele é privador e ao mesmo tempo onipotente por tomar o lugar de falo materno. “O pai privador é, nesse sentido, o representante de uma interdição. (...) O pai é o

representante de uma lei.” (FARIA, 2021, p. 76-77). Aqui se diz “representante” para frisar que, não se trata de uma relação direta com o agente real da função paterna para criança, ou seja, ele ser representante de uma lei que interdita o agente da função materna, não quer dizer que ele de fato o faz. Para a criança vale menos a proibição paterna do que a ideia da própria insuficiência para ser falo materno, isso é o que Lacan chama de depreciação imaginária. No segundo tempo a função paterna aparece mediada no discurso do agente da função materna, ou seja, por mais que, segundo Lacan, ele não esteja totalmente velado como no primeiro tempo, ele ainda não é totalmente revelado.

De acordo com Faria (2021), é no terceiro tempo do Édipo que está a relação mais direta dessa teoria com a sexualidade, “que depende fundamentalmente da instauração da metáfora paterna e da articulação do falo como elemento significante, o que é preparado pelo primeiro e segundo tempos.” (FARIA, 2021, p. 81). Uma figura essencial para o terceiro tempo é a figura do agente da função paterna. O agente paterno onipotente do segundo tempo, torna-se o agente paterno potente, ou seja, ele tem o falo e pode dá-lo para o agente materno ou para a criança. Essa doação fálica é o que diferencia o lugar do agente da função paterna no segundo tempo e no terceiro, migrando da onipotência para a potência. O falo só tem a possibilidade de circular, segundo Faria (2021), quando assume o lugar de objeto simbólico. Quando o falo é tido no registro simbólico e, portanto, pode ser dado, ele “deixa de ser um objeto do qual o pai estaria investido imaginariamente, em sua onipotência privadora.” (FARIA, 2021, p. 83)

Com efeito, tudo o que se pode transmitir na troca simbólica é sempre alguma coisa que é tanto ausência como presença. Ele é feito para ter essa espécie de alternância fundamental, que faz com que, tendo aparecido num ponto, desapareça, para reaparecer num outro. (...) o falo em questão - nós o reconhecemos desde logo - é um objeto simbólico. (LACAN, 1956-1957, p. 155)

Segundo Faria (2021), é a variação entre presença e ausência e principalmente a existência da ausência que possibilita a simbolização. É, portanto, o retorno materno que permite que o agente da função paterna adquira seu lugar de potência, saindo da onipotência. De acordo com Lacan (1956-1957), o que ocorre é que a função paterna assume o lugar de significante e deixa de estar mediado pelo significante do desejo materno. “É somente nesse ponto que

o falo deixa de ser o significado do desejo materno e toma seu lugar como uma significação inacessível ao sujeito, que permanece sob a barra do recalque” (FARIA, 2021, p. 89), quando o pai assume, como significante, o lugar do significante do desejo materno. Lacan afirma que o declínio do complexo de Édipo e o início na fase de latência se dão a partir do momento que o pai é “(...) internalizado no sujeito como Ideal do eu.” (LACAN, 1957-1958, p. 201). O autor pontua que exatamente na simbolização das funções de homem e mulher que a entrada na posição sexual “normal” se dá. O “estatuto” do sujeito, como “sujeito barrado”, é dado a partir do modo como ele se posiciona em relação a ordem simbólica que lhe é preexistente e nesse contexto “(...) o pai não é a interdição em si, mas a atribuição de uma interdição” (FARIA, 2021, p. 131).

Ao final do Édipo, o que se tem, portanto, é o final de uma construção, que é a da identidade sexual. (...) de um lado, a teoria psicanalítica mostra que a anatomia não é o fator decisivo, que a construção da identidade sexual depende, antes de mais nada, de um ordenador simbólico - o falo; por outro lado, ao final do percurso em que o falo constitui-se como esse ordenador simbólico, que recobre e ressignifica o dado anatômico, reencontramos a posição do menino como portador do falo e da menina como aquela que não o tem e deve buscá-lo. (FARIA, 2021, p. 91).

No Seminário 17 (1969-1970), Lacan faz novos apontamentos e se reposiciona sobre a teoria freudiana do Édipo, fazendo algumas críticas. O ponto central de seu parecer é sobre o uso que os psicanalistas fazem do complexo de Édipo, usando-o como um “(...) modelo de interpretação da fala do analisando, uma fala que por si mesma já tem valor de mito.” (FARIA, 2021, p. 140). O objetivo é absorver como o sujeito recebe e entende o mito do Édipo e não o interpretar a partir disso. A ideia lacaniana de que a linguagem e a ordem simbólica são anteriores ao sujeito assume uma posição diferente da de Freud sobre a dialética gozo-castração presente na teoria do Édipo. Lacan, portanto, se afasta do conceito de uma lei que é imposta sobre a criança (interdição do incesto) e que barra o gozo, “(...) a interdição é decorrente da própria existência da linguagem que antecede o sujeito e em relação à qual ele deve posicionar-se” (FARIA, 2021, p. 130).

Pensando na teoria lacaniana de que o sujeito, para ser reconhecido como tal, está inscrito no campo da linguagem mesmo antes da entrada no Édipo e que o gozo, desde o princípio, é interditado pela fala “não é a lei que barra o

acesso do sujeito ao gozo; ela apenas faz de uma barreira quase natural [preexistência da linguagem], um sujeito barrado.” (LACAN, 1960, p. 836). Portanto, a função da teoria do Édipo, como mito, apenas “oferece os elementos por meio dos quais o sujeito pode ordenar esse dado estrutural da falta” (FARIA, 2021, p. 132) causado pela interdição do gozo.

Assim, enquanto a teoria do Édipo em Freud faz supor uma interdição externa que diz não ao acesso à mãe, levando à perda do paraíso inaugural com a entrada do pai interditor, em Lacan, a concepção de que a linguagem é anterior ao sujeito permite fazer uma inversão nessa lógica, ficando marcada a importância da articulação da falta, que é inicialmente a falta no Outro materno (a privação materna), a partir da qual a criança se inscreve no campo simbólico, através do que Lacan chama um apelo ao pai. Essa é, em nosso entender, a versão rigorosamente lacaniana do Édipo, a que contempla, inclusive, as considerações de Lacan sobre o Édipo posteriores ao Seminário 5. (FARIA, 2021, p. 131).

A partir disso, para Lacan, o trabalho analítico não pode funcionar como uma tradução do que está sendo dito pelo analisando. A crítica dele à teoria do Édipo é que ela “(...) tenha sido tomada como um saber que o analista sobrepõe ao saber que o sujeito coloca no lugar de sua verdade.” (FARIA, 2021, p. 136). É como se essa interpretação apagasse o sujeito. Além disso, Lacan, no Seminário 17, foca na importância da ideia de mito para explicar a função – simbólica e imaginária - do complexo de Édipo “O mito tem uma função, uma função para o sujeito que é a de encobrir a verdade.” (FARIA, 2021, p. 139).

É aí que se dá o principal reposicionamento de Lacan em relação a teoria freudiana do Édipo, não a de descartar a relevância da teoria, mas de entender, segundo Faria (2021), a função que o mito do Édipo tem para o sujeito, sem usá-lo como uma ferramenta de interpretação analítica. “No Seminário 17, o Édipo passa a ser pensado como a estrutura simbólica que ordena a falta em termos de castração.” (FARIA, 2021, p. 141). Lacan introduz a noção de real que “(...) implica, portanto, situar o gozo como impossível, impossibilidade essa que é própria da inscrição do sujeito no campo significante” (FARIA, 2021, p. 142), ou seja, é necessário considerar na leitura do Édipo os três registros propostos por Lacan: real, simbólico e imaginário e “é nessa conjunção entre o real e a tentativa incessante de imaginalizá-lo e simbolizá-lo que se produz sujeitos, razão última da psicanálise.” (IACONELLI, 2022, p. 13).

6. PARENTALIDADE

A partir das explicitações sobre a teoria do Édipo como ferramenta para reflexão sobre a constituição da criança como sujeito do desejo e a importância da família nesse contexto, este capítulo tem como propósito destacar a noção de parentalidade, focando na importância das figuras parentais para a criança e no modo como se dá a entrada dos adultos nesse papel imprescindível para o desenvolvimento de seus filhos(as). Em primeiro lugar vale ressaltar que "a reprodução do corpo não conduz, necessariamente, à parentalidade." (GARRAFA, 2022, p. 57), ou seja, sabe-se com a psicanálise, que a corporeidade e a genética não garantem nada. O que torna os adultos pertencentes a esse lugar é o ato de se assumir "pai" ou "mãe" de uma criança e partir disso, cumprir suas funções parentais. "A crença de que o corpo garantiria a parentalidade - e a um tipo de parentalidade ligada ao gênero - tem efeitos em sua experiência e se baseia em crer que o corpo garante algo." (IACONELLI, 2022, p. 82)

Tomar para si os significantes "mãe" ou "pai" implica assumir uma posição na família, na sociedade e diante daquele que então passa a ser reconhecido como filho. Implica uma relação particular com esses termos na cultura e na história de cada um, relação esta que pode ser de adesão, ressignificação ou oposição aos sentidos que lhe foram atribuídos. (GARRAFA, 2022, p. 59)

De acordo com Rosa (2022), a parentalidade e as funções parentais são estabelecidas simultaneamente "quando se constitui um lugar para o filho e este é registrado com um nome." (p. 27), ou seja, ao se instituir a relação "pais-filhos" no lugar da relação "adultos-crianças". Iaconelli (2022) destaca a necessidade de considerarmos as diferentes conjunturas sociais das famílias à medida que, estas impreterivelmente impactam no modo como se dá a parentalidade, "(...) por exemplo, nas periferias do mundo implica estar submetido a um campo de fenômenos diferente da criança branca nascida fora de situações de vulnerabilidade social". (p. 16). Além disso, faz-se necessário ressaltar que "a psicanálise trata das questões da parentalidade a partir de seus elementos estruturais." (TEPERMAN, GARRAFA, IACONELLI, 2022, p. 7).

Sabe-se que "não há laço social que não seja da ordem do semblante, assim como todo ato que faça realmente laço, inclusive o do analista, é da ordem do semblante." (QUINET, 2015, p. 142). Assim, para além das funções parentais,

é necessário que haja significantes que sustentem a relação dos agentes dessas funções para com seus filhos, estes “que convencionamos denominar "pai" e "mãe" - operam como semblantes ao velar o real e dar testemunho, na transmissão familiar; do modo singular que encontraram para fazer frente à falta.” (TEPERMAN, 2022, p. 92). Esse modo singular é aprofundado por Dunker (2022) ao falar que “cada qual inventa sua parentalidade a partir da mitologia de sua família, das narrativas de sua cultura, bem como da constelação específica que preside a chegada do novo ser.” (p. 52). As funções parentais são estruturalmente determinadas, porém é necessário que tenham pessoas – no sentido corpóreo – para realizar tais funções e “nos parece fundamental ressaltar que nem sempre essas pessoas coincidem com pai e mãe biológicos.” (KAMERS, 2021, p. 89).

Fora isso, sabemos que todos os “papéis” dos agentes familiares são substituídos - por isso é que os chamamos de papéis. O que é insubstituível é um olhar de adulto sobre criança, a um só tempo amoroso e responsável, desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível, mas não a qualquer preço. Insubstituível é o desejo do adulto que confere um lugar a este pequeno ser, concomitante com a responsabilidade que impõe os limites desse lugar. Isto é que é necessário para que a família contemporânea, com todos os seus tentáculos esquisitos, possa transmitir parâmetros éticos para as novas gerações. (KEHL, 2021, p. 33)

Ao falarmos de parentalidade na psicanálise, levamos em conta o modo como a cultura encara esse fenômeno na atualidade (IACONELLI, 2022). O sujeito é, a todo tempo, atravessado pelos discursos sociais, que deixam marcas na subjetividade de cada um. “A parentalidade é um lugar instituído no campo social - a partir do nascimento de uma criança o campo social institui aqueles que terão a função de intermediar a constituição subjetiva da criança/filho.” (ROSA, 2022, p. 34). Para além disso, a psicanálise entende que os agentes das funções parentais não devem tratar o bebê apenas no âmbito da necessidade⁶, mas através de “um outro desejante e dedicado que lhe servirá de suporte para alienar-se, condição da subjetivação.” (IACONELLI, 2022, p. 77). Tendo isso em vista, Iaconelli (2022) critica o modo de pensar na parentalidade como algo instrumentalizado, sem falhas, pois, como vimos anteriormente, sempre há algo que escapa – um resto – por estarmos inseridos na linguagem. A atividade dos

⁶ Aqui entendidas como as “necessidades fisiológicas”. Propostas por Maslow (1943), como aquelas relacionadas ao ser humano como ser biológico (“necessidades de manter-se vivo, de respirar, de comer, de descansar, beber, dormir, etc.”)

pais pode, ou não, estar marcada pelo que Faria (2021) chama de "acolhimento desejante de seus filhos".

(...) é possível encontrar, mesmo em uma aparente "rejeição", elementos simbólicos importantes na constituição do Outro como sede do desejo, mostrando que o investimento fálico não depende da existência de uma marca necessariamente positiva. (FARIA, 2021, p. 152-153)

Mesmo que os agentes das funções parentais tenham dificuldades em fazer o "acolhimento desejante" da criança, é necessário que eles tenham uma relação com a criança, à medida que esta precisa dos pais para sobreviver. A questão que gera problemas é que a redução do vínculo "pais-filhos" apenas aos cuidados, essa criança não é inserida no campo do simbólico. "É como se a própria criança ficasse reduzida ao puro ser da necessidade, em relação ao qual a mãe coloca-se em posição de responder." (FARIA, 2021, p. 162). Na parentalidade, mesmo com tal ressalva, não há regras e nem modelos pré-estabelecidos. De acordo com Ana Suy Kuss (2021) "o que uma mãe aprende com um filho, inclusive, não necessariamente funcionará com outro filho." (p.76), ou seja, não existe um manual de como exercer as funções parentais, já que a educação/transmissão e a sustentação das funções da parentalidade, se dão exatamente na vivência singular de cada família, de acordo com o contexto sociocultural no qual esta está inserida.

É importante notar que se os pais, ou quem cumpra esta função, se recusam ou não se autorizam a ocupar o lugar de representantes do simbólico para o pequeno, isto se dá graças à atual hegemonia discursiva que pressupõe que haveria um modo ideal de o adulto se posicionar e intervir junto à criança. (KAMERS, 2021, p. 94)

Essa "hegemonia discursiva" está ligada à culpabilização dos "pais" em relação aos sintomas de seus "filhos(as)". Como foi explicitado anteriormente, o sintoma da criança está ligado à família, já que os agentes das funções parentais têm uma responsabilidade no caminho de constituição da subjetividade da criança, porém "o que a teoria do complexo de Édipo permite observar é que essa responsabilidade está diretamente relacionada ao "irredutível da transmissão" da qual depende a constituição de um sujeito." (FARIA, 2021, p. 213) e não ao sentimento de culpa. A partir disso, é importante que os sujeitos que ocupam as funções materna e paterna estejam implicados na relação com a criança, "podendo lhe transmitir os significantes de sua filiação e sexualidade." (ROSA, 2022, p. 28-29). Com base nos esclarecimentos feitos, "o máximo que

podemos pensar é que, se existir para a criança alguém que faça a função paterna e alguém que se encarregue amorosamente dos cuidados maternos, a família estruturará edipicamente o sujeito.” (KEHL, 2021, p. 27-28), que, como vimos, é o caminho que possibilita que a criança, a partir do desejo do Outro, se depare com o enigma do próprio desejo, se inserindo na linguagem como sujeito barrado, a partir da lei do incesto.

É importante ressaltar a relação entre o fenômeno da parentalidade e as noções de gênero. Esclarecendo em primeiro lugar que, "Lacan situa duas funções necessárias e contingentes no processo de subjetivação da criança, mas não as identifica com o sexo biológico e tampouco com a presença de adultos dos dois sexos." (TEPERMAN, 2022, p. 101). Para além disso, “as categorias “homem” e “mulher” só conseguem existir no âmbito das palavras, do simbólico, e não na realidade vasta e complexa da natureza e muito menos na realidade mais vasta e mais complexa das relações humanas concretas.” (CALLIGARIS e HOMEM, 2019, p. 11). O que importa no momento de assumir uma função paterna ou materna em relação à uma criança, não tem a ver com os gêneros dos agentes dessas funções, com semblantes que estes usam para se nomear e menos ainda com suas características pessoais (bondosa(o), brava(o), habilidosa(o), etc.). O modo como se exerce a parentalidade “trata-se de uma repetição e uma reinvenção da forma como cada qual recebeu e construiu sua própria solução edipiana.” (DUNKER, 2022, p. 53).

6.1. Função Materna

De início, ressalta-se que, como já elucidado, “a operacionalidade da função materna não se confunde com a presença necessária de uma mulher.” (TEPERMAN, 2022, p. 101). A psicanálise lacaniana, a partir da premissa de que somos seres de linguagem, afirma que "ser mãe, portanto, não é uma posição garantida por uma gestação, por uma inseminação, por uma doação de óvulos." (KUSS, 2021, p. 63). Porém neste capítulo, se desenvolverá uma reflexão sobre a função materna, relacionando-a, em alguns pontos, com a experiência da mulher na estrutura familiar, com o objetivo de debater sobre os importantes atravessamentos desse lugar. Destaca-se também a partir do que foi explicitado anteriormente, que a terceirização do cuidado – marca da família contemporânea

– faz com que muitas pesquisadoras da área da psicanálise revisitem a teoria do Édipo, pensando em incluir na trama edípica “as babás e amas de leite, pois desempenham um papel essencial na maternagem e no cuidado diário da maior parte das crianças brasileiras brancas de classe média.” (ROSA, 2022, p. 31).

O agente da função materna é, portanto, aquele que ocupa o lugar do Outro (grande outro), independente de sua nomeação – “pai”, “mãe”, “babá” ou qualquer outro – e de seu gênero. “A função materna não pertence necessariamente ao domínio da mãe - inclusive nas famílias em que esta figura está presente.” (GARRAFA, 2022, p. 56). Trata-se do Outro encarnado que, a partir do seu desejo [não anônimo], enlaça, sujeita, sustenta e atrela esse bebê à ordem simbólica. (JERUSALINSKY, 2021). A partir dessa lógica, é necessário que “exista alguém ocupado com o exercício da função materna junto a um bebê, pois sem a intervenção do agente que encarna o Outro, o advento do sujeito encontra-se impossibilitado.” (GARRAFA, 2022, p. 67).

Há uma dimensão de trocas libidinais importantes nesse corpo a corpo; trocas que se costuram ao campo simbólico à medida que o agente da função materna toma as manifestações do bebê como apelos aos quais deve satisfazer. Um grito, por exemplo, que emerge como expressão de uma tensão interna, é interpretado como uma demanda dirigida ao Outro. A constituição do sujeito envolve essa transposição do organismo para o universo da linguagem, articulação que faz dele um corpo com o qual é possível gozar. (GARRAFA, 2022, p. 61)

A partir das explicitações anteriores, sabe-se que este Outro onipotente do primeiro tempo do Édipo, é aquele que investe no bebê como sujeito, ao interpretar seu choro. O que é importante destacar, é que o bebê sai do lugar apenas da necessidade para assumir o lugar da demanda, à medida que essa demanda implica e é endereçada ao Outro. “A fantasia é o que nos deixa na crença de que a pulsão tem um destinatário. Ela nos defende do traumático encontro com a linguagem, que é sempre uma experiência de perda de um gozo cujo sentido jamais virá do Outro.” (VERAS, 2021, p. 147).

A satisfação da necessidade é, a partir disso, articulada com o campo simbólico e “a produção das marcas fundantes da constituição psíquica exige do agente da função materna uma intensa mobilização de sua própria corporeidade.” (GARRAFA, 2022, p. 63). Ressalta-se que esse lugar não pode ser entendido como natural e nem instintivo por parte da mãe. A partir do investimento do agente da função materna no bebê, seu corpo é libidinizado e erogenizado, “marcando-o com a voz e o olhar, abrindo caminhos para a

construção da fantasia, do sonho, do brincar e do aprender." (HENCKEL, 2009, p. 89) e, indo mais além, há "a instauração do narcisismo e de uma matriz simbólica, que são considerados pilares fundantes de uma constituição psíquica." (TORRE e SILVA, 2021, p. 108)

E devemos lembrar, também, que os cuidados maternos aliados ao banho de linguagem são uma condição necessária para a estruturação subjetiva, mas não suficiente. Como vimos anteriormente, esses cuidados dão à criança um lugar que, embora estruturante, impõe uma condição de assujeitamento. Para obter qualquer satisfação, a criança depende inteiramente da forma como seu grito é significado pelo Outro materno, o que a torna completamente assujeitada à onipotência da vontade do Outro. (FARIA, 2021, p. 155)

É necessário, portanto, que a criança passe ao segundo tempo do Édipo, no qual o agente da função materna passa de um Outro onipotente, para um Outro desejante e, a partir disso, a criança tem ferramentas para criar uma relação com o seu próprio desejo. Para tanto, o agente da função materna deve investir libidinalmente na criança, porém não saturar o desejo. Faria (2021), introduz nessa problemática, a relação desse lugar da função materna com o gênero feminino e entende que essa não saturação do desejo implica na existência do sujeito não só como mãe, mas também como mulher. Kuss (2021) se aproxima dessa temática ao problematizar um acontecimento da atualidade no qual, as mães, na tentativa de dar aos filhos aquilo que elas sentem que não tiveram, investem de forma intensa e exclusiva nos filhos, obturando a criança nesse lugar do Outro onipotente, "se em outros tempos tínhamos mulheres que precisavam se reduzir ao lugar de mãe para existir, hoje, apesar de toda a liberdade sexual que as mulheres conquistaram, temos um culto ao retorno da mulher ao lugar de mãe "toda". (KUSS, 2021, p. 70).

Assim, faz-se necessário interrogar sobre a posição do sujeito na situação desejante. Num sentido mais amplo, a pergunta que remonta a constituição do sujeito, a partir do complexo de castração, bem como a novela edípica, torna-se fundamental para a direção da situação psicanalítica de tratamento. Para desejar é preciso ser desejante. (HENCKEL, 2009, p. 66)

As mulheres, muitas vezes, investem no filho integralmente e abandonam a sua vida sexual e amorosa (KUSS, 2021), por medo de serem culpabilizadas e rotuladas como mães ruins. É possível perceber no discurso brasileiro atual que "os erros do filho passam a ser explicados como fracassos dela [mãe], seja

pelo egoísmo, maldade ou vaidade. (KAMERS, 2021, p. 86). Pensar em uma família e na constituição subjetiva dos filhos, vai muito além da mãe. É necessário reconhecer a importância desse laço, porém, “refletir sobre o alcance e os limites dessas relações, dando-lhes o devido valor, para que não se impute à mãe responsabilidades e culpas históricas, que não lhe cabem.” (IACONELLI, 2022, p. 13). Essa lógica tende a se afastar do “maternalismo”, entendido por Iaconelli (2021) como a tentativa de naturalizar o cuidado da mulher com os filhos e, a partir disso, alimentar a lógica patriarcal no modelo de família. “A política dos cuidados é imposta à mulher, negando que sua participação no espaço público torna-se comprometida diante da divisão desigual de tarefas no âmbito privado.” (IACONELLI, 2022, p. 78).

6.2. Função Paterna

Como já foi evidenciado anteriormente, a função paterna se relaciona com a Lei que interdita a relação incestuosa entre a mãe e a criança, “(...) a interdição paterna não é a proibição do desejo proferida pelo pai, mas um efeito da articulação do desejo - que a teoria do Édipo mostra ser, em primeiro lugar, o desejo materno - à lei.” (FARIA, 2021, p. 172). Destaca-se, portanto, que a metáfora do nome do pai, não se trata do agente do pai, mas da sexualidade da mãe, já que “é preciso que a mãe falte para que o pai, enquanto função, possa advir.” (KUSS, 2021, p. 75). Esse lugar ressaltado aqui, não depende de nenhuma característica específica do agente que cumpre tal função e, menos ainda, depende da presença de um homem para garanti-la, “afinal, o que orienta sua função não é o personagem que a encarna, mas o desejo que lhe dá um lugar.” (FARIA, 2021, p. 182).

Baseando-se em Zambrano (2006), temos a articulação que:

Do ponto de vista da psicanálise, considera-se necessária a presença de um "terceiro" para a separação psíquica entre mãe e filho, uma das atribuições da chamada "função paterna". Ao ser ele/ela o "objeto de desejo" do pai/ mãe, introduz-se na fusão mãe-filho inicial, mostrando ao filho a existência de um "outro" desejado e, com isso, inaugura-se a alteridade. A manutenção da ideia de que o "terceiro" teria que ser o pai-homem promove um deslizamento do simbólico para o imaginário, evidenciando o vínculo que a psicanálise sustenta com a manutenção de uma "ordem familiar" patriarcal. (ROSA, 2022, p. 33)

Funcionar neste lugar de terceiro – necessário para a teoria edipiana – não está diretamente relacionado à presença ou ausência do pai, “não se pode

restringir o problema a uma dimensão ambientalista” (HENCKEL, 2009, p. 53). Lacan, sobre essa temática, já havia elaborado que a passagem pelo Édipo se dá, mesmo sem a presença do pai. Faria (2021) define abertura da mãe a um terceiro como “entrada potencial do pai” e a “presença potencial do pai” como aquela relacionada aos aspectos do imaginário e do real da paternidade.

Voltando à problemática da culpabilização da mãe nas falhas de seus filhos, destaca-se “a tradução da função paterna como a presença insubstituível de um homem como necessária para “botar respeito” na casa.” (ROSA, 2022, p. 33). A autora, baseando-se em Fonseca (2007) e Musatti-Braga (2015), desenvolve essa temática explicitando que a partir da premissa de que o homem é aquele que garante a ordem da família, as mulheres são desqualificadas no discurso social como incapazes de realizar o papel que é “natural” de sua existência como mulher. Por fim, a partir de Safouan e Hoffman (2016), as autoras concluem que “não se faz necessária a dominação masculina ou o patriarcado para que o efeito metafórico do Nome-do-Pai possa acontecer.” (TORRE e SILVA, 2021, p. 115).

7. SEXUALIDADE INFANTIL

A partir das explicitações sobre parentalidade, entende-se com Freud que:

A afeição infantil pelos pais é sem dúvida o mais importante, embora não o único, dos vestígios que, reavivados na puberdade, apontam o caminho para a escolha do objeto. Outros rudimentos com essa mesma origem permitem ao homem, sempre apoiado em sua infância, desenvolver mais de uma orientação sexual e criar condições muito diversificadas para sua escolha objetal. (FREUD, 1905-1925, p. 43)

Destaca-se, portanto, que a infância ocupa um lugar bastante relevante na constituição do sujeito como ser desejante e sexuado. As experiências vividas neste período são decisivas para o modo como o sujeito será na vida adulta, já que se refere à um “momento em que ainda não há uma fixação nos modos de obter prazer, dando lugar a polimorfismos das vicissitudes pulsionais bem como a uma abertura a inscrições.” (JERUSALINSKY, 2021, p. 37). Sabe-se, a partir da psicanálise, que “uma das coisas mais dolorosas de aceitar é que aqueles a quem devotamos nosso mais intenso e primitivo amor inicial, nossos pais, não podem ser objetos de nossas escolhas sexuais” (DUNKER, 2022, p.43) e é a partir dessa vivência traumática, que aprendemos a amar, gozar e desejar.

Levando em conta que “é fundamental para a sexualidade futura do sujeito o modo como foram estabelecidas as relações objetais nos seus primórdios, pois ali nasce o afeto” (BASTOS, 2018, p. 80) e compreendendo a relação intrínseca entre sexualidade e subjetividade⁷, fica clara a centralidade que a sexualidade ocupa na constituição psíquica ao marcar, de forma ampla, a relação “pais-filhos”. (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016). Nesse sentido, o modo como se dá a relação primordial que o bebê estabelece com o Outro materno, determina o “desenvolvimento psicosssexual” do sujeito, ou seja, se o corpo da criança “for um corpo erotizado, reconhecido e aceito pelos pais, conseguirá também ela se reconhecer, ter prazer e satisfação própria para substituí-los pelo demais.” (BASTOS, 2018, p.81). E, para além da necessidade de libidinizar e erogenizar o corpo do bebê, como já visto, os agentes das funções parentais devem se apresentar como seres sexuados, isso é, manterem outros desejos, por outros que não a criança.

Desde bebê o ser humano vai aprendendo e fazendo o destino das suas futuras relações, de como ele se apresentará na sua identidade,

⁷ Subjetividade, a partir da psicanálise, ligada à constituição do sujeito como ser sexuado e desejante. (HENCKEL, 2009)

em um somatório de vivências satisfatórias ou não, determinando o rumo da sua sexualidade. O equilíbrio dessas forças internas em contato com os seus cuidadores: mãe, pai, família e cultura determinarão seu formato de amar. O bebê é um ser desamparado, mas já sexuado, como aponta Green. (BASTOS, 2018, p. 84)

Portanto, a constituição do Eu se dá, segundo Freud, a partir “de suas pulsões que o impulsionam em busca de prazer e, dessa forma, aplacam o seu desprazer, obrigando-se a trazer (introjetar) do mundo externo o objeto capturado pelos seus instintos.” (BASTOS, 2018, p.80). Essa introjeção do objeto é o que permite que o sujeito se consolide, para depois ser capaz de se identificar com o objeto de amor, marcada como a primeira relação afetiva do sujeito que afetará no modo como se darão as relações seguintes. Bastos (2018), baseando-se em Freud, revela que se essa relação primordial for marcada por confiança, amor e tiver mais experiências prazerosas do que o oposto, o Eu será constituído por “sensações agradáveis e capaz de buscar relações ou [no contexto contrário] um Eu sem busca pelo outro, evitando relações com receio de voltar às frustrações já sentidas e repelidas.” (BASTOS, 2018, p.81).

A partir da noção de sexualidade infantil, pensa-se no ato masturbação infantil como tema relevante para a compreensão da primeira. Freud (1905-1925), dividiu-a em três principais fases:

A primeira é própria do período de lactância, a segunda pertence à breve florescência da atividade sexual por volta do quarto ano de vida, e somente a terceira corresponde ao onanismo da puberdade, amiúde o único a ser levado em conta. (FREUD, 1905-1925, p. 26)

Sua crítica está na relação que os adultos costumam estabelecer com a masturbação infantil, só dando importância ao onanismo da puberdade, sem considerar que, desde antes, a criança é um sujeito sexuado. Sobre a segunda fase, Freud ressalta a sua importância por deixar marcas significativas no inconsciente que “determinam o desenvolvimento de seu caráter, caso ela permaneça sadia, e a sintomatologia de sua neurose, caso venha a adoecer depois da puberdade.” (FREUD, 1905-1925, p. 27). A desconsideração da sexualidade nessa parte da vida e o recalçamento das inclinações sexuais da criança fazem com que as curiosidades infantis relacionadas a essas questões, persistam “como uma pressão torturante que em muitos casos de neurose fornece, posteriormente, a mais poderosa força impulsora para a formação do sintoma.” (FREUD, 1905-1925, p. 28).

7.1 Transmissão da sexualidade na infância

A partir da noção que “a identidade sexual se afirma no campo da linguagem, e não do corpo” (KEHL, 2021, p. 28), fica clara a importância dos agentes das figuras parentais no desenvolvimento da sexualidade infantil. A criança, no começo da infância, realiza uma investigação sexual que “é sempre feita na solidão; significa um primeiro passo para a orientação autônoma no mundo e estabelece um intenso alheamento da criança frente às pessoas de seu meio que antes gozavam de sua total confiança.” (FREUD, 1905-1925, p. 30). Essa pesquisa – como todas as outras - "começa com brincar, com se aproximar do desconhecido que instiga, porque ao mesmo tempo sugere, certo prazer" (HENCKEL, 2009, p. 54) e o modo como essa curiosidade é tratada, como explicitado anteriormente, é bastante relevante para a constituição subjetiva da criança.

Desse modo, a satisfação dessas curiosidades pode colaborar para que o desejo de saber seja estimulado ao longo da vida. Em contrapartida, a falta de resposta às curiosidades pode causar ansiedade, tensão e, ocasionalmente, bloqueio da capacidade investigativa. (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.189)

O desejo de saber, desenvolvido por Lacan, é, segundo Freud (1905-1925) resultante da pulsão sexual e de dominação (crueldade). “A curiosidade é alimentada pelos enigmas da sexualidade e a pulsão sexual, juntamente com a de dominação, fornecem a energia para a atividade de investigar.” (HENCKEL, 2009, p. 100). De acordo com Foucault (1988), os adultos utilizam-se da ideia de que a criança não tem sexo como “razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado” (FOUCAULT, 1988, p. 10), porém sabe-se com a psicanálise que a sexualidade infantil não tem os mesmos objetivos que a sexualidade adulta e funciona em outro registro, mas isso não apaga a sua presença. Sobre a questão da sexualidade infantil na contemporaneidade, Savegnago e Arpini (2016) afirmam que por mais que se tenha mais espaço para falar sobre o tema “isso não significa que os tabus, medos e silenciamentos ainda não estejam rondando a abordagem da temática.” (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.180).

O tabu é uma proibição primeva forçosamente imposta (por alguma autoridade) de fora, e dirigida contra os anseios mais poderosos a que estão sujeitos os seres humanos. O desejo de violá-lo persiste no

inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma atitude ambivalente quanto ao que o tabu proíbe. O poder mágico atribuído ao tabu baseia-se na capacidade de provocar a tentação e atua como um contágio porque os exemplos são contagiosos e porque o desejo proibido no inconsciente desloca-se de uma coisa para outra. (FREUD, 1913, p. 55)

Sabe-se que o desejo é incestuoso, por conta de sua origem e assim se mantém no inconsciente, mesmo que a criança tenha se livrado da atração incestuosa. “O destino do desejo incestuoso, por outro lado, ergue uma série de proibições, já que sua manifestação ainda se mantém como um perigo. Eis o tabu.” (HENCKEL, 2009, p. 126). A partir disso, é possível notar que a sociedade atual “ao mesmo tempo em que estimula o exercício da sexualidade como um caminho para a autonomia, muitas vezes interdita o diálogo aberto sobre a temática.” (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.181). A sexualidade vem sendo mais exposta e até banalizada em algumas situações, mas isso, de acordo com as autoras, não garante que a criança tenha informações que supram suas dúvidas e angústias sobre o tema em questão. A criança pode ter acesso “liberado” ao Google e às demais fontes de pesquisa sobre o tema da sexualidade, mas isso não substitui as respostas que ela adquire de seus agentes familiares.

Nesse contexto a partir da compreensão da noção da família formada por seres de linguagem "faz comparecer a impossibilidade de recobrimento da falta, condensada no aforismo lacaniano "não há relação sexual"." (TEPERMAN, 2022, p. 104). Essa tese de Lacan, proposta em 1972, está relacionada com o furo que o real impõe aos seres falantes “porque não há um discurso que estabeleça a relação entre os sexos. Mas há a reprodução da vida, que nada mais é que uma resposta à relação que não existe. Não há como resolver essa questão e a resposta pela procriação é também falha.” (GURGEL, 2021, p. 161).

A transmissão da ausência de relação sexual é uma prerrogativa da família. Os adultos que se ocupam das funções parentais são responsáveis pela necessária e contingente transmissão da falta estrutural para seus filhos. Ainda que possa parecer desnecessário, vale assinalar que tal transmissão não se confunde com a exclusão do que é da ordem sexual da família. Muito pelo contrário, o sexual é incontornável na família: está presente nos adultos sexuados responsáveis pelas funções parentais, nos cuidados recebidos pela pequena criança e na sexualidade infantil. Tal esclarecimento redobra sua importância diante da presença crescente de práticas, muitas vezes relacionadas aos discursos sobre a parentalidade, que pretendem excluir o que é da ordem do sexual do campo da família e da criação das crianças. (TEPERMAN, 2022, p. 93)

A pesquisa realizada por Savegnago e Arpini (2016) com mães de adolescentes, revela como estes discursos que tendem a excluir o “sexual” da família, podem ser prejudiciais para a criança que recebe tal discurso e para as gerações seguintes, já que “as vivências das mães durante a infância e a adolescência parecem ter sido cruciais e determinantes para a forma como elas lidam hoje com seus filhos e filhas adolescentes.” (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.184). A partir da observação feita pelas autoras, de que a maioria das mães entrevistadas tiveram a sua infância e adolescência marcadas por segredos, tabus e traumas relacionados à questão da sexualidade, isso se perpetuou – mesmo que em menor grau – na criação de seus filhos(as).

O mais comum, nesse contexto, de acordo com Savegnago e Arpini (2016), é a transmissão de informações errôneas e dos mitos. Em relação ao primeiro exemplo, as autoras falam da ideia de que “beijar engravida” como uma tentativa dos pais de amedrontarem as adolescentes em relação a esse ato. Já sobre os mitos, as autoras esclarecem que “através deles, parece ter sido possível evitar falar sobre questões referentes à sexualidade, reforçando a crença na inocência da infância e da adolescência” (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p. 186) e ilustram tal “estratégia” com a famosa história da cegonha⁸ passada de geração em geração.

Por mais que as mães da atualidade buscam estabelecer um diálogo maior sobre sexualidade na relação “pais-filhos”, as autoras, baseando-se em Castro (2004), afirmam que esse aumento “pode relacionar-se principalmente com a preocupação dos pais em relação à gravidez na adolescência, às DSTs e à AIDS,” (SAVEGNAGO e ARPINI, 2016, p.184) e não com o real reconhecimento e valorização da sexualidade infantil proposta por Freud.

É fato que boa parte do que se refere ao infantil em nossas vidas sucumbe ao recalque e é por isso mesmo que continua a exercer sua força no sentido de alguma expressão. Assim, podemos pensar que ignorar tal presença [da sexualidade infantil] e ação tem consequências. E ignorar, por desconhecer ou desconsiderar, é diferente de se opor, de entrar em conflito com uma ideia, apresentando outro pensamento. Pois esta última posição vai mais ao encontro da intenção de construir novas elaborações e, quem sabe, novos conhecimentos. Neste caminho, poderíamos pensar que a primeira posição se aproxima mais de uma inibição, como uma espécie de falta de curiosidade ou no sentido do desejo de não ver. Isso por si

⁸ A história da cegonha é ainda recorrente no discurso parental e trata-se do mito de que os bebês são trazidos por uma cegonha.

só poderia se constituir num enigma - sobre a negação da sexualidade infantil. Tão antiga e ainda atual. (HENCKEL, 2009, p. 171)

Há na literatura uma importante relação entre a transmissão familiar que ignora a existência ou reprime as manifestações da sexualidade infantil com o gênero da criança. Vieira, Zanuzzi e Amaral (2016), baseando-se em Cabral e Diaz (1999), esclarecem que, muitas vezes, as mulheres são educadas para serem mãe e isso implica na renúncia do próprio prazer para dar lugar ao prazer de outrem, enquanto os homens, são ensinados a sentir o prazer sexual e a exercerem a sexualidade como sinal de sua virilidade. Ou seja, enquanto para as mulheres a sexualidade é recusada, colocando o seu exercício como algo sujo, vergonhoso e proibido, os homens são incentivados a exercê-la, principalmente como um lugar de poder sobre as mulheres.

7.2 Repressão da sexualidade infantil

A partir dos esclarecimentos feitos, ressalta-se que “não só os desvios da vida sexual normal, como também a configuração normal desta são determinados pelas manifestações infantis da sexualidade.” (FREUD, 1905-1925, p. 37). O modo como os adultos lidam com a curiosidade da criança e as manifestações de sua sexualidade, define o destino da constituição do Eu dessa criança e, para além disso, interfere na maneira como se dará a aprendizagem dela. Fica claro, portanto, que “negar tais condições da sexualidade humana apenas abre mais caminhos para dar vazão ao que, a princípio, é esperado que não se manifeste, como seus componentes perversos e, entre eles, a pulsão de crueldade.” (HENCKEL, 2009, p. 171-172).

Baseando-se em Freud, Henckel explicita que tem:

(...) três possíveis destinos para a chamada "pulsão de saber". Dito de outro modo, ele [Freud] indica três vicissitudes da pesquisa sexual infantil quando esta chega ao seu fim: a inibição, o pensamento obsessivo e a sublimação. Tanto a inibição como o pensamento obsessivo se referem a uma interdição sofrida no percurso da pulsão do acesso ao saber, que até então tinha como motor a pulsão sexual, ao lado da pulsão de dominação. (HENCKEL, 2009, p. 101)

Sabe-se, portanto, que a pulsão sexual está diretamente ligada à pulsão de saber e que, tendo isso em vista, entende-se que ela se manifesta pelo brincar, pelos jogos, por perguntas e explorações. Em relação à sexualidade infantil, são “(...) seus componentes que alimentam e servem de elementos de

potência para a sexualidade adulta. É aqui que entendemos que a clínica da inibição na infância tem algo a dizer para a clínica da impotência no adulto." (HENCKEL, 2009, p. 181). O adulto que é atravessado por uma infância marcada por limitações "na sua mobilidade, no seu gesto, na sua ação desejante de estar aí, existindo, por meio do experimentar, brincar, jogar, dançar, cantar, perguntar" (HENCKEL, 2009, p. 105), tem grandes dificuldades de exercer a sua sexualidade também na vida adulta, já que "assim como a aprendizagem continua a se dar no adulto, a sexualidade já existia na infância." (HENCKEL, 2009, p. 107).

Veras (2021) relata um caso - de sua própria vida como criança - no qual, quando explorava seu próprio corpo, foi interrompido pelo seu pai gritando seu nome ao observá-lo por uma janela. "Esse acontecimento imprevisto, instituiu um Outro absoluto, que podia surgir do nada e reduzir-me a um simples nome vociferado pelo Outro." (VERAS, 2021, p. 153). Essa necessidade de uma nomeação do Outro se estendeu para vários outros contextos de sua vida, gerando angústia e uma busca incessante pelo grito de nomeação nos espaços em que ele estava inserido. Esse caso exemplifica a noção de que "a masturbação da criança e do adolescente fica apagada atrás do perigo de um "outro" predador, de uma sexualidade "incorrigível"." (BIDAUD, 2013, p. 323)

A psicanálise mostra-nos, porém, que esse modo de neutralização das tendências associadas não é eficaz nem rentável. Para manter as tendências latentes recalçadas e escondidas no inconsciente, é necessário edificar organizações defensivas poderosas, de funcionamento automático, cuja atividade consome uma quantidade excessiva de energia psíquica. As regras de defesa e intimidação da educação moral baseada no recalque. (FERENZCI, 1873-1933, p. 36)

Isso é, para manter os "dogmas morais, religiosos e sociais", a criança, segundo Ferenzci (1873-1933), desperdiça grande parte das suas forças anímicas, já que, recalcar seus instintos demanda uma grande mobilização de energia psíquica. "Em todo caso, essas proibições restringem a liberdade de prazer e a liberdade de movimento e comunicação, significando renúncias e abstinências. Isto não está nada longe de nós, das proibições morais e convenções." (HENCKEL, 2009, p. 126). Essas renúncias, resultantes de proibições severas, se estendem de maneira ampla e se relacionam – como visto anteriormente – com outras pulsões, através do deslocamento das inibições. "Qualquer coisa que dirija os pensamentos do paciente para o objeto proibido,

qualquer coisa que o coloque em contato intelectual com ele, é tão proibida quanto o contato físico direto." (FREUD, 1913, p. 47).

Relacionando essa condição subjetiva especificamente à sexualidade, encontramos na falta de desejo uma representação possível de tal modalidade de inibição, a qual pode se manifestar por meio de diferentes dificuldades sexuais, visto que desejar sexualmente está associado a uma situação ameaçadora e/ou a uma possível perda de controle. (HENCKEL, 2009, p. 141)

É importante ressaltar que, na clínica da inibição, pensamos em um sujeito do desejo, mas que “ao percorrer um caminho rumo à sua realização ela se encontra com um bloqueio cuja natureza pode variar conforme a organização psíquica do sujeito em questão.” (HENCKEL, 2009, p. 108). Esse bloqueio que impede e interrompe o desejo é o que se refere aqui como repressão. “Às vezes esse impedimento, como observado anteriormente, encontra-se no início do percurso, o sujeito manifestando-se como sem desejo, desconhecendo sua própria condição desejante” (HENCKEL, 2009, p. 145), quando sabemos que é exatamente pelo conflito entre o desejo e o impedimento deste, é que a angústia é gerada, e o sujeito ao se desconhecer como ser desejante não se angustia, mas segundo a autora, retorna ao estado psíquico do incesto.

7.2.1 Inibição

A inibição “é a expressão de uma limitação da função do Eu, ora por renúncia, ora por empobrecimento.” (HENCKEL, 2009, p. 176). Freud, nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, revela que “todas as perturbações patológicas da vida sexual devem ser consideradas, justificadamente, como inibições do desenvolvimento.” (FREUD, 1905-1925, p. 35). Henckel, baseando-se em Freud, revela que a inibição, como limitação do Eu, apresenta-se de maneiras diversas “(...) na alimentação, por meio da recusa de alimentos; na locomoção pela paralisia em andar; na sexualidade pelas diversas perturbações que afetam sua realização e no trabalho pela dificuldade na sua execução.” (HENCKEL, 2009, p. 89).

A inibição, a partir das reflexões de Cordié (1996), desenvolvidas por Henckel (2009), pode ser intelectual na qual “o acesso ao saber pode ser bloqueado por um superego interditor, quando o saber equivale a uma realização proibida” (HENCKEL, 2009, p. 96) ou uma inibição do desejo, da pulsão sexual que a partir disso leva à “uma possível representação que pode se dar por meio

de diferentes manifestações de disfunções sexuais, visto que desejar sexualmente está associado a uma situação ameaçadora e/ou uma possível perda de controle.” (HENCKEL, 2009, p. 97).

No caso da inibição do pensamento, Freud (1910a) observa que ela ocorre juntamente com o recalque da sexualidade, ou seja, junto com o recalque da sexualidade, a curiosidade é inibida. Em outras palavras, a curiosidade é inibida e a atividade em busca do saber perde sua liberdade. (HENCKEL, 2009, p. 101-102)

A partir disso fica clara a importância dos agentes das funções parentais, já que “o primeiro contato com a autoridade influencia a liberdade do pensamento e as barreiras que podem se erguer a partir de então” (HENCKEL, 2009, p. 90), ao estabelecer, a partir de influências socioculturais, quais serão os obstáculos impostos aos desejos do sujeito, manifestados pela curiosidade. "Nas diferentes situações de inibição relacionadas ao saber ou ao aprender, podemos identificar algo da ordem de uma impotência. Ou seja, a própria inibição constitui-se uma impotência que, aqui, qualificamos como "psíquica". (HENCKEL, 2009, p. 97). A criança a partir desses atravessamentos, “(...) apresenta maior ou menor possibilidade de realizar uma ligação entre as correntes erótica e amorosa, implicando a potência sexual de diferentes modos" (ibidem) na passagem pelo Édipo.

7.2.2 Adoecimento neurótico

Freud (1913), em Totem e Tabu, revela que “(...) os neuróticos são acima de tudo inibidos em suas ações: neles, o pensamento constitui um substituto completo do ato.” (p.190). Os pensamentos obsessivos - assim como explicitado no caso Lili – surgem quando “as atividades de pesquisa sexuais suprimidas retornam do inconsciente sob a forma de uma preocupação pesquisadora compulsiva. Assim, a busca de explicações para as coisas nunca termina, substituindo a atividade sexual.” (HENCKEL, 2009, p. 102). A forma de inibição que mais se associa à neurose, segundo Henckel (2009), é a proibição do acesso ao saber sobre a sexualidade “cujo mecanismo de funcionamento utiliza como força o trabalho constante de evitamento dos efeitos da castração.” (HENCKEL, 2009, p. 108).

O que está em jogo na neurose obsessiva é o controle da sexualidade, daquilo que sai da ordem. Sua organização se constitui então como uma tentativa de controlar, por meio de um movimento alternado de retenção e expulsão, o objeto ameaçador - impuro - que o sujeito poderia encontrar nele mesmo. (HENCKEL, 2009, p. 117)

Lacan (1958-1959) faz uma importante contribuição sobre a clínica com pacientes neuróticos com pensamentos obsessivos, ao ressaltar que estes não chegam à análise falando sobre os desejos e fantasias sexuais, mas falam das inibições resultantes de proibições, bloqueios e empecilhos. Henckel, baseando-se em Freud, relaciona as ideias obsessivas à atos sexuais na infância, que geraram prazer, e que foram recalçados a partir dessas proibições. Os pensamentos obsessivos surgem como um “retorno desse recalçado”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de debater os efeitos da repressão da sexualidade infantil pelas figuras parentais, na constituição do sujeito, o presente estudo se desenvolveu a partir da leitura, avaliação e discussão de textos psicanalíticos sobre o tema. Realizou-se a leitura dos textos a partir do método psicanalítico que busca analisar os conceitos de forma ampla, ressaltando seu aspecto teórico-clínico, se afastando de generalizações e prognósticos. A presente pesquisa, portanto, não teve o intuito de chegar a uma conclusão fixa, marcada por certezas, mas como proposições de reflexão que poderão sempre ser revisitadas e modificadas, exatamente por terem sido produzidas – mesmo que indiretamente – a partir da clínica da psicanálise.

De início, ressaltou-se o modo como a psicanálise compreende o conceito de família, destacando a singularidade de cada estrutura familiar, a partir de atravessamentos socioculturais e da subjetividade de cada um. Deste modo, salientou-se a importância de se afastar de generalizações que buscam perpetuar um modelo de “família tradicional”, cis e heteronormativo, marcado pelo patriarcado e pela exclusão de direitos de liberdade, inclusive da sexual. Baseando-se na premissa psicanalítica de que não há uma forma de estruturação de família que garante a constituição de sujeitos saudáveis, defendeu-se a ideia de compreender a família em sua pluralidade.

Através de uma retomada histórica sobre o conceito de família, foi possível compreender que as principais problemáticas da família contemporânea são: a substituição do uso de ideias conservadoras por uma terceirização do cuidado e da educação baseada em “especialistas da família” e os movimentos pelo retorno à “família tradicional”. Por fim, enfatizou a função fundamental da família na transmissão de saberes e a importância de esta ser marcada por erros, inseguranças e pelo lúdico, e que os agentes familiares estejam no ato de educar como sujeitos desejantes e sexuados, estando, portanto, marcados pela falta, pelo real e pelos restos. Dessa forma, na relação “pais-filhos”, a criança pode se constituir também como sujeito desejante.

Através da compreensão da teoria do Édipo foi possível entender como se dá o caminho de inserção da criança no plano simbólico, que permite com que ela realize a sua sexualidade como sujeito desejante, após ter passado pela

posição alienada do primeiro tempo. A retomada do mito edipiano possibilitou o entendimento da família e da parentalidade como fundamentais para a constituição subjetiva da criança e a importância de entender essa relação de forma simbólica, a partir das estruturas e funções propostas por Lacan. Para tanto, é necessário, para que a criança se constitua psicologicamente e seja inserida no campo simbólico, a variação entre presença e ausência da mãe é imprescindível, dando ênfase à ausência. A importância dessa teoria para a clínica psicanalítica, é compreender como o sujeito entendeu e passou pelo mito de Édipo, mas não o interpretar a partir disso. A forma como cada sujeito exerce a parentalidade está ligada à forma como ele viveu a sua resolução do Édipo e é por esse motivo que compreender esta teoria é relevante para o tema estudado.

Em relação à parentalidade, buscou-se compreender a função dos agentes das figuras parentais como intermediadores da constituição subjetiva da criança, ao tratarem o(a) filho(a), não só no âmbito das necessidades fisiológicas, mas como ser de demanda, através de um outro desejante que investe no bebê como sujeito. Enfatizou-se que a inserção dos adultos nesse lugar, depende do ato de se nomear como “pai” ou “mãe”, colocando a criança no lugar de “filho(a)” e, a partir disso, cumprir suas funções parentais e que, nesse sentido, o nascimento de uma criança e a corporeidade não garantem nada. Viu-se que o agente da função materna - como Outro - libidiniza e erogeniza o corpo do bebê, permitindo que este construa suas fantasias, brinque e aprenda.

A partir disso compreendeu-se a clara relação entre sexualidade e subjetividade e centralidade da relação “pais-filhos” nesse processo. Ressaltou-se também a importância dos agentes das funções parentais se apresentarem como seres sexuados e manterem outros desejos, que não a criança, possibilitando que ela encontre os seus próprios desejos e saia do lugar de alienação ao desejo da mãe. Ressaltando a relação entre o fenômeno da parentalidade e as noções de gênero, abordou-se os termos de “pai” e “mãe” apenas como semblantes, visando romper com a lógica da “família tradicional” cis e heteronormativa. Com base em Lacan, foi possível compreender que tem duas funções necessárias para a constituição subjetiva da criança, porém estas não estão ligadas à presença de adultos dos dois sexos. Ou seja, o que importa no momento de assumir uma função paterna ou materna em relação à uma

criança, não tem a ver com os gêneros dos agentes dessas funções ou com semblantes que estes usam para se nomear, já que as categorias “homem” e “mulher” só existem no campo simbólico e não são capazes de abranger a complexidade das relações humanas concretas.

Por fim defendeu-se a importância da sexualidade infantil na constituição subjetiva das crianças, não só na infância, mas levando em conta os seus desdobramentos na vida adulta. Observou-se que o modo como os adultos lidam com a curiosidade da criança e as manifestações de sua sexualidade define o destino da constituição do Eu e interfere na maneira como se dará a aprendizagem dela. Fica claro, portanto, que negar a existência da sexualidade infantil apenas prejudica a constituição da criança como ser desejante e sexuado, podendo levar a perturbações que geram inibições e adoecimento neurótico. Constatou-se também que a temática da sexualidade infantil, por mais relevância que tenha ganhado nos últimos tempos, ainda é marcada por tabus e a sua transmissão na família envolve informações falsas, silenciamentos e proibições que ocasionam o recalçamento da pulsão sexual. O recalque da sexualidade pode levar a inibições do pensamento e/ou inibições do desejo, as quais podem redundar em disfunções sexuais na vida adulta e dificuldades no aprendizado, além do adoecimento neurótico, uma vez que o impedimento da sexualidade e a falta de respostas podem levar a pensamentos obsessivos.

9. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando. Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 105-131, jun. 2006.

BASTOS, Gilla Maria Jacobus. Vamos (voltar a) conversar sobre sexualidade em psicanálise?: Amor e ódio e seus destinos nas manifestações da sexualidade. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 51, p. 79-87, jun. 2019.

BIDAUD, Eric. O que resta da sexualidade infantil?. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 318-326, mai./ago. 2013.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Economia libidinal da parentalidade**. *In* Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

FARIA, Michele Roman. **Constituição do Sujeito e Estrutura Familiar: O complexo de Édipo, de Freud a Lacan**. – 3 ed., 3ª reed. – Taubaté-SP: Editora e Livraria Cabral Universitária, 2021.

_____. **Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais**. São Paulo: Hacker, 1998

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 9-21.

FREUD, Sigmund. Sobre o esclarecimento sexual das crianças (1907). *In* **Amor, sexualidade, feminilidade** / Sigmund Freud; tradução Maria Rita Salzano Moraes. -1. ed.; 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 81-93.

_____. **A dissolução do complexo de Édipo (1924)**. *In*: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. **Feminilidade (1932)**. *In*: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. **Sobre tipos neuróticos de adoecimento (1912)**. *In* FREUD, Sigmund. Neurose, psicose, perversão/ Sigmund Freud; tradução Maria Rita Salzano Moraes. -1. ed.; 5. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 71-79.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905-1925)**. *In*: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GARRAFA, Thais. **Primeiros tempos da parentalidade**. *In* Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). – 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

GONZAGA, Domitila Kawakami; GUANAES-LORENZI, Carla. **Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade**. Nova perspect. sist., São Paulo, v. 28, n. 65, p. 82-97, dez. 2019.

GURGEL, Iordan. **Segredo de família**. *In*: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

HENCKEL, Marciela. **Impotência sexual masculina**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**. 1. ed. – Campinas: Papirus 7 Mares, 2019.

IACONELLI, Vera. **Reprodução de corpos e de sujeitos: a questão perinatal**. *In* Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

_____. **Sobre as origens: muito além da mãe.** *In* Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). – 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Sigmund Freud; tradução Maria Rita Salzano Moraes. - 1. ed.; 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 7-33.

JERUSALINSKY, Julieta. **Quem é o Outro do sujeito na primeiríssima infância? A sustentação das operações estruturantes e as transformações nos modos do cuidar.** *In*: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

KAMERS, Michele. **As configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais.** *In*: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2008.

_____. **Em defesa da família tentacular.** *In*: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

KUSS, Ana Suy Sesarino. **Tornar-se mãe, o que é isso? Considerações psicanalíticas sobre o tornar-se mãe em tempos de redes sociais.** *In*: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

LACAN, Jacques. **A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958).** *In*: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Duas notas sobre a criança (1969).** *In*: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaios de análise de uma função em psicologia (1938)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **Seminário 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Seminário 22: RSI (1974-1975)**. Versão anônima em francês e português, sem data.

_____. **Seminário 4: a relação e objeto (1956-1957)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Seminário 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960)**. *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MENA, Luiz. **Do outro ao um**. *In: O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?*. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

_____. **O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?**. Luiz Mena (org.). – Salvador: Ágalma, 2021.

MEZAN, Renato. **Que significa “pesquisa” em psicanálise? (1993)**. *In: SILVA, M. E. L. (Org.). Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papyrus.

_____. **Pesquisa teórica em psicanálise**. *Psicanálise e Universidade*. PUC/SP, n.2, p. 51-76, 1994.

MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. *La recherche en psychanalyse à l’université. Recherches en Psychanalyse*. *In: AGUIAR, Fernando. Questões*

epistemológicas e metodológicas em psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 105-131, jun. de 2006.

OLIVEIRA, Cristiane. A emergência histórica da sexualidade infantil no Brasil. **Rev. Epos, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 2, dez. 2011.

QUINET, Antonio. **Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

ROSA, Miriam Debieux Rosa. **Passa anel: famílias, transmissão e tradição**. In Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). – 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SAURET, Marie-Jean. **O infantil e a estrutura**. Conferências da Escola Brasileira de Psicanálise. São Paulo, ago. 1997.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro; ARPINI, Dorian Mônica. Atravessamentos das histórias maternas na relação com filhos(as) adolescentes e a sexualidade. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 178-193, dez. 2016.

SOUZA, Elaine Pereira de. **A masturbação infantil como manifestação da sexualidade: Desvelando “mitos”**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia). Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008.

TEPERMAN, Daniela. **Parentalidade para todos, não sem a família de cada um**. In: Parentalidade. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (orgs.). 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (orgs.). **Parentalidade**. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TORRE, Marta Dalla; SILVA, Valéria Codato Antonio. **Do pai, da mãe, da família contemporânea e a transmissão do desejo.** *In:* O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). Salvador: Ágalma, 2021.

VERAS, Marcelo. **Olhar para além do Édipo.** *In:* O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). Salvador: Ágalma, 2021.

VIEIRA, Marcus André. **De abraços e olhares.** *In:* O infamiliar na contemporaneidade: o que faz família hoje?. Luiz Mena (org.). Salvador: Ágalma, 2021.